



Hinc patriam sustinet

Instituto Superior de Agronomia
Universidade de Lisboa

RELATÓRIO INTEGRADOR DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

Carolina Gaspar Pascoal

Relatório para obtenção do Grau de Mestre em

Engenharia Agronómica

Orientadora: Professora Doutora Luísa Almeida Lima Falcão e Cunha

Júri:

Presidente: Doutora Cristina Maria Moniz Simões de Oliveira, Professora Associada com agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutor João Pedro Bengala Freire, Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Doutora Luísa Almeida Lima Falcão e Cunha, Professora Associada com agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, presença e apoio de diversas pessoas a quem gostaria de deixar expresso o meu agradecimento.

À minha orientadora, Professora Doutora Luísa Falcão e Cunha, do Departamento de Produção Agrícola e Animal (DPAA), um agradecimento especial. A sua disponibilidade, a confiança depositada, e as palavras amigas e presentes em momentos de alguma indecisão, tornaram-se incentivos fundamentais no percurso efetuado.

À minha colega e querida amiga Sandra Lopes, pela sua presença, incentivo e estimada amizade. Sem a nossa encruzilhada de vidas e crescimento juntas nestes últimos dez anos, não seria hoje quem sou.

Ao Professor Manuel Chaveiro Soares, pelo reconhecimento, confiança e oportunidade que me deu na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na Licenciatura, e pela confiança no trabalho que desenvolvi.

A todos os colegas e chefias da Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural do IFAP com quem tive a oportunidade de conviver, aprender e partilhar as experiências profissionais e pessoais.

À minha mãe pelo olhar crítico imprescindível, pela excelência das suas sugestões, ajuda decisiva e pelo apoio prestado a todos os níveis.

À minha família e amigos pelo apoio, compreensão e incentivo demonstrado.

Ao meu mais-que-tudo um agradecimento muito especial, pelo incentivo, sorriso, presença e apoio incondicional.

Finalmente aos meus 3 filhos, que dão sentido à minha existência.

RESUMO

O presente Relatório destina-se a dar cumprimento às Normas apresentadas pelo Conselho Científico do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade de Lisboa, para Elaboração do Relatório Integrador da Atividade Profissional nos termos do nº 3 do art. 3º do Regulamento Geral dos Segundos Ciclos de Estudo Conducentes ao Grau de Mestre, aprovado pelo Despacho (extracto) n.º 10544/2011, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 160 de 22 de Agosto de 2011, para licenciaturas “Pré-Bolonha”.

Nesta perspetiva, a informação contida no relatório foi organizada tendo por objetivo a demonstração das competências adquiridas por via da sua formação académica, formação complementar e experiência profissional. Para o efeito, é apresentado um relato detalhado da atividade profissional da autora, descrevendo-se as atividades e responsabilidades desempenhadas nas instâncias onde trabalhou como Engenheira Agrónoma. O relatório inclui também abordagens aos temas da Segurança Alimentar e da Política Agrícola Comum (PAC) e suas reformas no âmbito dos diferentes Programas de Desenvolvimento Rural, de forma a contextualizar a experiência adquirida.

A autora iniciou a sua actividade profissional em 2001, exercendo funções técnicas na sua especialidade de Produção Animal em explorações agro-pecuárias de diferentes espécies, tendo optado por se dedicar, em 2002, ao ramo da avicultura, nomeadamente à fileira “do ovo ao frango”. Em 2003 foi contratada como Técnica Superior na Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural do Departamento de Ajudas Diretas do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP,IP). Desde então, e até à data, tem continuado a exercer funções no âmbito da gestão, análise e acompanhamento das ajudas às Medidas Agro-Ambientais, tendo adquirido experiência e competências a nível das políticas agrícolas comunitárias e nacionais, regime de ajudas diretas, análise de informação estatística e económica, reformas da política agrícola comum e estratégias de desenvolvimento rural.

Este relatório curricular tenta demonstrar e avaliar a forma como o percurso profissional da autora permitiu um desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos com a licenciatura, ampliando competências e experiência na área da Engenharia Agronómica.

Palavras-chave: Engenharia Agronómica, Formação, Experiência, Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar, Medidas Agro-Ambientais.

ABSTRACT

This report is intended to comply with the Standards presented by the Scientific Council of the Superior Institute of Agronomy, from the University of Lisbon, for Development of a Professional Activity's Report in accordance with paragraph 3 of 3rd article of the Second Cycle Study's General Regulation leading to a Master's degree, approved by Order (extract) n. 10544/2011, published in the Official Gazette, 2nd Series, n. 160, August 22, 2011, for "Pre-Bologna" undergraduates.

Accordingly, the information included in the report was organized with the aim of showing the acquired skills through academic education, further training and professional experience. To this end, it is presented a detailed report of the professional activity developed by the author, describing the activities and responsibilities carried out in the places where she worked as agronomy's engineer. This report also includes an approach to the subject of Food Safety and to the Common Agricultural Policy (CAP) and its reforms within the different Rural Development Programs, in order to provide a context to the acquired experience.

The author began her professional career in 2001, acting as technician of Animal Production in several livestock breeding farms, with different species, having chosen to dedicate herself to the poultry farming business, especially to the production of broilers. In 2003 she was hired as Senior Technician for the Rural Development Aids Unit in the Institute for the Funding of Agriculture and Fishing (IFAP,IP). Since then, and to this date, she has continued to carry out her role in management, analysis and follow-up of the Agri-environment measures, having acquired experience and proficiency in both national and European agricultural policies, direct aids regime, statistical and economical information analysis, common agricultural policy reforms and rural development strategies.

This curricular report intends to demonstrate how the author's professional path allowed a development of the acquired knowledge provided by the university graduate degree, improving personal attributes and experience in the field of Agronomics Engineering.

Keywords: Agronomics Engineering, Education, Experience, Rural Development, Food Safety, Agri-environment measures.

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 FORMAÇÃO.....	2
2.1 Formação Académica.....	2
2.2 Formação Profissional.....	2
2.3 Formação Complementar.....	4
3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.....	6
3.1 Sinopse.....	6
3.2 A Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, SA.....	6
3.2.1 Atividades e responsabilidades.....	8
3.2.2 A segurança alimentar.....	9
3.2.3 Competências desenvolvidas.....	13
3.3 O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP, IP).....	14
3.3.1 A Política Agrícola Comum (PAC) e o Desenvolvimento Rural.....	17
3.3.1.1 Período 1994-1999.....	17
3.3.1.2 Período 2000-2006.....	18
3.3.1.3 Período 2007-2013.....	20
3.3.2 Atividades e responsabilidades.....	21
3.3.2.1 Regulamento Reg(CEE) 2078/1992 (PDRu).....	21
3.3.2.2 Regulamento Reg(CE) 1257/1999 (RURIS).....	23
3.3.2.3 Regulamento Reg(CE) 1698/2005 (PRODER).....	25
3.3.3 Competências desenvolvidas.....	29
4 PRODUÇÃO DE DIVULGAÇÃO TÉCNICA.....	31
5 ANÁLISE CRÍTICA.....	33
BIBLIOGRAFIA.....	36
ANEXOS.....	38

ÍNDICE DE FIGURAS E ANEXOS

Figura 1 – Constituição e Actividades da Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S.A.

Figura 2 – Estrutura Organizativa do IFAP, IP

Anexo I – A aplicação do sistema HACCP na Soc. Agrícola da Quinta da Freiria

Anexo II – Ensaio realizado sobre os efeitos do Sel-Plex na fertilidade dos reprodutores

Anexo III – Exemplo de Atestado Sanitário utilizado no processo de exportação de ovos para a Argélia

Anexo IV – Exemplo de Certificado de Origem utilizado no processo de exportação de ovos para a Líbia

Anexo V – Exemplo de Lista de Carga utilizada no processo de exportação de ovos para a Líbia

Anexo VI – Exemplo de Certificado de Desinfecção utilizado no processo de exportação de ovos para a Líbia

Anexo VII – Exemplo de Declaração de Transporte utilizado no processo de exportação de ovos para a Líbia

Anexo VIII – Exemplos de Etiquetas utilizadas para identificar os ovos de incubação no processo de exportação

Anexo IX – Exemplo de Ofício de demonstração dos valores apurados para a campanha de 2004

Anexo X – Exemplo de documento de aceitação de análise referente a um software específico

Anexo XI – Exemplo de informação estatística constante do relatório disposto no art. 34º do Reg(CE)1975/2006

Anexo XII – Circuito da cadeia de apuramento para pagamento das Medidas Agro Silvo Ambientais

Anexo XIII – Esquema da cadeia de apuramento da medida Apoio aos Regimes de Qualidade

Anexo XIV – Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2004

Anexo XV – Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2005

Anexo XVI – Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2006

Anexo XVII – Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2007

Anexo XVIII – Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2008

Anexo XIX – Índice da Norma PAV – 10/03, aprovada em 17/09/2003

Anexo XX – Índice da Norma GDR – 080/01, aprovada em 30/06/2008

Anexo XXI – Índice da Norma GDR – 54/01, aprovada em 30/05/2008

Anexo XXII – Índice da Norma DDER – 130/01, aprovada em 09/10/2009

Anexo XXIII – Índice da Norma NP – 020/2010, aprovada em 16/09/2010

Anexo XXIV – Índice da Norma NP – 021/2010, aprovada em 23/09/2010

Anexo XXV – Esquema da arquitetura proposta para a PAC 2014-2020

SIGLAS / ABREVIATURAS

AEISA – Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia

AJAP – Associação de Jovens Agricultores de Portugal

APEZ – Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

CCIAP – Câmara de Comércio e Indústria Árabe Portuguesa

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNJ – Confederação Nacional de Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural

CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal

DGV – Direcção-Geral de Veterinária

DRA's – Direcções Regionais de Agricultura

EC's – Entidades Credenciadas

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FOODBRAND - Bound Residues and Nitrofurant Detection in Food

HACCP - Hazard Analysis and Critical Control Points

IAAS – Associação Internacional de Estudantes de Agricultura

IDRHa – Instituto Nacional do Desenvolvimento Rural e Hidráulica

IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

IGF – Inspeção Geral de Finanças

INA – Instituto Nacional de Administração

INGA – Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

ISA – Instituto Superior de Agronomia

MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

MAM – Ministério da Agricultura e do Mar

MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

OLAF - Organismo Europeu de Luta Anti Fraude

PAC – Política Agrícola Comum

PCC's – Pontos Críticos de Controlo

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural do período de programação 2014-2020

PDRu – Plano de Desenvolvimento Rural do Reg(CEE)2078/92

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural do Reg(CEE)1698/05

PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira

PRORURAL – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores

RURIS – Plano de Desenvolvimento Rural do Reg(CEE)1257/99

SPAMCA – Secção Portuguesa da Associação Mundial de Ciência Avícola

UADR – Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural

UL – Universidade de Lisboa

UTAD – Universidade de Trás os Montes e Alto Douro

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório foi elaborado de acordo com o definido nas Normas apresentadas pelo Concelho Científico do Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Universidade de Lisboa, para Elaboração do Relatório Integrador da Atividade Profissional nos termos do n.º 3 do art. 3º do Regulamento Geral dos Segundos Ciclos de Estudo Conducentes ao Grau de Mestre, aprovado pelo Despacho (extracto) n.º 10544/2011, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 160 de 22 de Agosto de 2011, para Licenciaturas “Pré-Bolonha”, para o efeito de obtenção do grau de Mestre em Engenharia Agronómica.

Pretende-se apresentar com detalhe a evolução da atividade profissional desenvolvida, evidenciando em particular, a experiência na área da Engenharia Agronómica, bem como demonstrar as valências adquiridas. Procurei adaptar o *Curriculum Vitae* de forma clara e adequada à apreciação das atividades e responsabilidades desempenhadas, atendendo a um enquadramento de competências desenvolvidas.

A execução deste relatório revelou-se também uma ocasião para refletir sobre os obstáculos e as necessidades com que me tenho deparado na minha atividade enquanto Engenheira Agrónoma e o modo como estes foram sendo superados ao longo do percurso profissional.

O relatório encontra-se estruturado em quatro partes. Uma primeira parte onde são apresentadas as habilitações académicas e a formação relevante adquirida até à data. A segunda parte onde se aborda a experiência profissional, incluindo-se um ponto sobre a Segurança Alimentar e outro sobre a Política Agrícola Comum e suas reformas no âmbito dos diferentes Programas de Desenvolvimento Rural, pontos que considerei relevantes no enquadramento do meu percurso profissional. Na terceira parte enumeram-se os documentos de interesse elaborados no âmbito da colaboração com o serviço das Medidas Agro-Ambientais do IFAP. Conclui-se apresentando uma análise crítica à meta da Política Agrícola Comum para 2020, feita com base na experiência profissional de mais de dez anos no âmbito dos diferentes Programas de Desenvolvimento Rural.

2 FORMAÇÃO

2.1 Formação Académica

No ano letivo de 1994/1995 ingressei na licenciatura em Biologia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, tendo completado com sucesso as cadeiras do 1º ano, obtendo uma média de 12 valores.

O ingresso no Instituto Superior de Agronomia ocorreu em 1995, tendo completado a parte académica da Licenciatura de Engenharia Agrónómica, no ramo de Produção Animal, no ano 2001, com uma média de 13 valores.

Para a realização do Trabalho Final de Curso, estive em Timor Leste em 2001 e apresentei a minha tese sob o tema «*Planificação da Instalação de uma Unidade Avícola em Timor-Leste*» em julho de 2002, tendo obtido uma classificação de 20 valores.

2.2 Formação Profissional

No âmbito da minha formação enquanto profissional, participei em vários cursos e ações de formação que me possibilitaram a obtenção de novos conhecimentos e um alargar de horizontes em temáticas bastante diversificadas, permitindo-me ganhar competências essenciais ao desempenho de algumas das minhas funções.

Enumeram-se em seguida, por ordem cronológica decrescente.

2013

Ação de Formação “Segurança do Sistema de Informação – Classificação da Informação”, com duração de 3 horas, promovido pelo IFAP, IP em plataforma e-learning.

2012

Ação de formação “Fundamentos da Agricultura Biológica” com duração de 16 horas, ministrada pela Softimbra, promovida pelo IFAP, IP.

Sessão de “Sensibilização Geral sobre Segurança do Sistema de Informação”, com duração de 7 horas, ministrada pela Vantagem, promovida pelo IFAP, IP.

Audioconferência "Comunicar sem o Powerpoint: como cativar a audiência com uma história", com duração de 1h30m, ministrada pela Media Shots, promovida pelo INA.

Audioconferência "Lei dos compromissos - o fim do «gastar e depois se vê»", com duração de 1h30m, proferida pela Dra. Ana Calado Pinto, promovida pelo INA.

Audioconferência "A gestão das e pelas competências", com duração de 1h30m, proferida pela Dra. Generosa Nascimento, promovida pelo INA.

Audioconferência "Gestão de seniores na AP: porquê, como e que evolução?", com duração de 1h30m, proferida pelo Dr. Nuno Cunha Rolo, promovida pelo INA.

Audioconferência "As recentes alterações à lei sobre o regime comum de mobilidade especial dos trabalhadores", com duração de 1h30m, apresentada pela Dra. Laurinda Pereira e Dr. Rogério Peixoto, promovida pelo INA.

Ação de Formação "Segurança do Sistema de Informação", com duração de 3 horas, promovido pelo IFAP, IP em plataforma e-learning.

2011

Audioconferência "Evolução do Papel do Estado e da Administração Pública", com duração de 2 horas, apresentada pela Dra. Arminda Neves, promovida pelo INA.

Audioconferência "O contributo do BPM (*Business Process Management*) para a eficácia do SIADAP", com duração de 1h30m, proferida pelo Dr. Jorge Coelho, promovida pelo INA.

2010

Ação de Formação "Sistema de Gestão Documental iDoc", com duração de 6 horas, promovido pelo IFAP, IP em plataforma e-learning.

2009

Curso de formação profissional "Excell Avançado", com a duração de 12 horas, ministrado pelo GFI em colaboração com o IFAP, IP.

Curso de formação profissional "Plataforma Oracle Discoverer Plus", com a duração de 12 horas, ministrado pela Oracle (Oeiras).

2006

Ação de formação "A Direcção de Ajudas às Superfícies", com duração de 6 horas, promovida pelo IFADAP/INGA em colaboração com a Delegação Regional de Entre Douro e Minho.

Ação de formação “A Direcção de Ajudas às Superfícies”, com duração de 6 horas, promovida pelo IFADAP/INGA em colaboração com a Delegação Regional do Alentejo.

Ação de formação “Agricultura é Futuro – RURIS”, com duração de 3 horas, promovida pelo IDRHa em colaboração com o IFADAP/INGA.

Seminário “A nova Política Agrícola Comum e a nova Política de Desenvolvimento Rural”, com duração de 6 horas, promovido pelo IFADAP/INGA.

2005

Ação de formação “Apresentação das ajudas da campanha de 2005”, com duração de 12 horas, promovida pelo IFADAP/INGA.

2004

Ação de formação “Apresentação das ajudas da campanha de 2004”, com duração de 12 horas, promovida pelo IFADAP/INGA.

2003

Comunicação do Dr. Glenn Kennedy sobre o tema “Nitrofurans in Poultry”, com duração de 2 horas, promovida pela SPAMCA.

2001

Curso de Formação Pedagógica de Formadores, com duração de 95 horas, promovido pela *Acridevarium* (Cascais).

2.3 Formação Complementar

A participação em diversos colóquios, jornadas e simpósios, enquanto estudante, serviu para alicerçar os conhecimentos que ia adquirindo ao longo da vida académica, o que me facultou um contacto mais aprofundado e diversificado com alguns temas pertinentes para a minha formação.

Enumeram-se em seguida, por ordem cronológica decrescente.

2003

VI Curso Sanipeç sobre “Nutrição em Suínos”, com duração de 20 horas, promovido pela Sanipeç, realizado em Alverca.

4º Curso de Formação em Ética e Deontologia Profissional, com duração de 10 horas, realizado na Ordem dos Engenheiros em Lisboa.

2002

Jornadas Profesionales de Avicultura de Puesta, com duração de 18 horas, promovidas pela Real Escuela de Avicultura, realizadas em Barcelona.

Seminário sobre “Qualidade e Segurança Alimentar”, coordenado pelo Professor Manuel Chaveiro Soares, promovido e realizado no ISA.

2001

Simpósio sobre “Sistemas Alternativos de Produção”, promovido pela SPAMCA, realizado em Santarém.

2000

X Congresso de Zootecnia sobre o tema “Progressos zootécnicos nos países de língua portuguesa”, promovido pela APEZ, realizado em Santarém.

Colóquio sobre “Manipulação Genética: um admirável mundo novo”, promovido pela AEISA, realizado em Lisboa.

1999

IX Congresso de Zootecnia sobre o tema “A zootecnia no limiar do 3º milénio”, promovido pela APEZ, realizado na Exponor.

Simpósio sobre “Os Produtos Animais e a Segurança Alimentar”, promovido pela IAAS, realizado em Lisboa.

Jornadas de Produção Animal Intensiva, promovidas pela UTAD, realizadas em Vila Real.

1ªs Jornadas Internacionais de Suinicultura, promovidas pela UTAD, realizadas em Vila Real.

1994

Curso de Inglês Profissional – *Certificate of Proficiency in English*, promovido pela Cambridge University, realizado em Lisboa.

3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

3.1 Sinopse

A minha atividade profissional teve início em 2001. Exerci, durante algum tempo, funções técnicas no âmbito da minha especialidade de Produção Animal em diversas explorações agro-pecuárias, nomeadamente acompanhando o manejo de espécies como equinos, suínos, aves e ovinos, tendo nestes últimos obtido até alguma experiência na vertente do acompanhamento veterinário.

Em 2002 optei por me dedicar ao ramo da avicultura, nomeadamente à fileira “do ovo ao frango”, ao serviço da Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, no Bombarral. Em 2003 o sector avícola sofreu um grande abalo com a crise dos nitrofuranos e a dificuldade em escoar os produtos acabou por condenar ao encerramento muitas das explorações de produção de frango em Portugal. Nessa conjuntura, percebi o quanto a agricultura, e em particular a produção animal, são parte integrante do tema da segurança alimentar e devem, também, estar intimamente ligadas à vertente ambiental.

Em meados de 2003 fui contratada como Técnica Superior no Serviço das Medidas Agro-Ambientais (mais tarde reestruturado como Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural) do Departamento de Ajudas Diretas do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP, I.P., então IFADAP/INGA). Desde então, e até à presente data, tenho continuado a exercer funções no âmbito da gestão, análise e acompanhamento das ajudas às Medidas Agro-Ambientais.

A experiência e competências adquiridas ao longo do meu percurso profissional são apresentadas em seguida, bem como a descrição das atividades e responsabilidades desenvolvidas nos meus principais empregadores.

Inclui-se também um resumo da Política Agrícola Comum (PAC) e suas reformas estruturais e faz-se menção aos diferentes Programas de Desenvolvimento Rural, de forma a contextualizar a experiência adquirida ao longo de dez anos no IFAP.

3.2 A Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S.A. (<http://www.pintovalouro.com/>)

A Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S.A., é uma empresa do Grupo Valouro, SGPS, S.A.. Dedicar-se à produção agrícola, florestal e, sobretudo, animal, nomeadamente no setor da multiplicação avícola (frangos, patos e perus) e da produção de carne de aves.

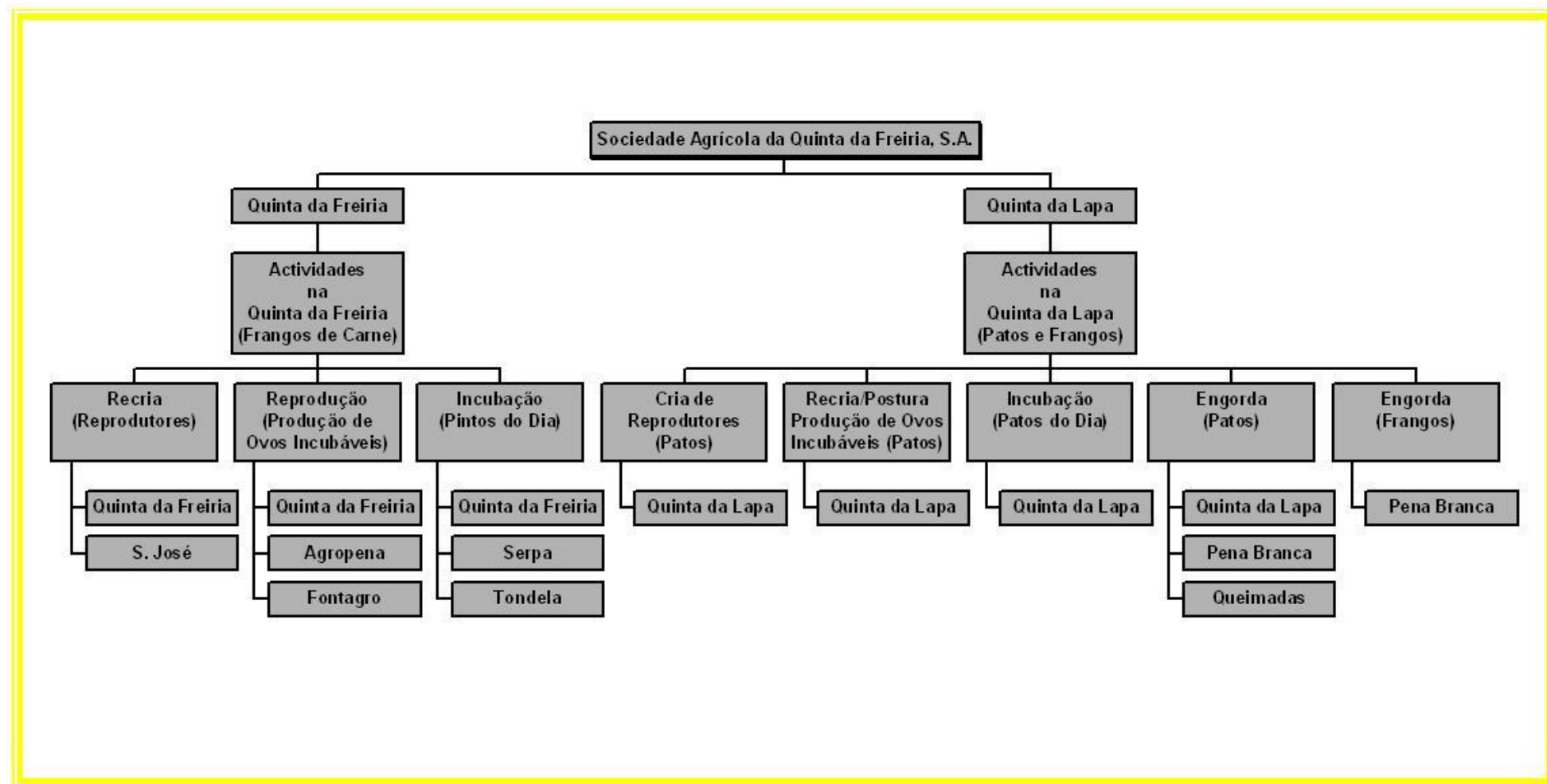


Figura 1 – Constituição e Actividades da Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S.A.

A implementação das normas de biossegurança, ambientais e de bem-estar animal, domínios onde a empresa foi pioneira a nível nacional, levou à certificação da fileira de frango e de pato segundo a ISO 9001:2008. O principal objetivo produtivo da empresa é a obtenção de ovos de incubação e de aves do dia de elevado potencial zootécnico e sanitário. A Quinta da Freiria sita na Roliça (Bombarral), juntamente com as instalações de Tondela, Serpa e Tomar, produz atualmente cerca de 3 milhões de aves do dia por semana.

3.2.1 Atividades e responsabilidades

Em meados de 2002, nos dias que se seguiram à apresentação do trabalho de fim de curso, sob o tema “Planificação da Instalação de uma Unidade Avícola em Timor Leste” e após cerca de um ano dedicado ao tema das aves, tomei iniciativa de contactar a Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, no sentido de obter um conhecimento prático do manejo avícola. Sabendo que o Grupo Valouro é o maior grupo económico do setor agro-alimentar português (*in* <http://www.avibom.pt>) e que tem empresas envolvidas em todos os segmentos da fileira “do ovo ao frango”, achei que seria uma mais-valia para os conhecimentos que pretendia consolidar.

O trabalho numa exploração dedicada à multiplicação de reprodutoras pesadas inclui o manejo das aves reprodutoras, a recolha, triagem, classificação e incubação artificial dos ovos e o nascimento, triagem e distribuição de pintos do dia.

A nível do manejo das reprodutoras pesadas estive envolvida nas mais diversas tarefas desde a alimentação, a vacinação, a recolha de cadáveres, e no manejo das instalações que incluía a higiene e limpeza, o controlo da temperatura e luminosidade, o controlo de acessos ou mesmo alterações do interior dos pavilhões como por exemplo a instalação de novos ninhos de postura.

Na distribuição de pintos de dia, a principal produção da Quinta da Freiria, estive envolvida no controlo e monitorização dos sistemas de transporte, ao nível da higiene, temperatura e humidade, e manejo dos pintos. Os pintos nascidos na Quinta da Freiria são distribuídos por diversos produtores de frangos e a esse nível fui responsável pela verificação e aconselhamento nas instalações que iriam receber os pintos, avaliando quais as condições dos respetivos pavilhões de crescimento e engorda.

No início da minha colaboração com a Quinta da Freiria estive envolvida num ensaio de administração de selénio inorgânico (Sel-Plex) na ração dos galos reprodutores, em conjunto com a empresa Alltech® Portugal.

A Alltech é uma empresa líder mundial do setor de saúde e nutrição animal e que está entre as dez maiores empresas de saúde animal do mundo, focada em soluções científicas naturais para os maiores desafios atualmente enfrentados pelo setor agrícola e de alimentos. Apresenta como missão «aprimorar a saúde e o desempenho animal adicionando valor nutritivo à alimentação animal».

O Sel-Plex é um produto bio sintetizado por leveduras que contém selénio na mesma forma encontrada na natureza, a qual inclui os selenoaminoácidos e compostos relacionados, que são ideais para a absorção e metabolismo do mineral.

Isto significa que o selénio presente em Sel-Plex é mais biodisponível e melhor retido no organismo, em comparação às fontes inorgânicas, sendo incorporado às selenoenzimas ou armazenado nos tecidos para uso nos períodos de maior demanda. O selénio é um poderoso antioxidante e desempenha funções indispensáveis na regulação do metabolismo e sistema imunológico, na reprodução e na proteção contra radicais livres. (*in* <https://pt.alltech.com/product/sel-plex>)

O ensaio decorreu durante 3 meses, não se tendo conseguido obter um resultado significativo na melhoria da performance reprodutora dos galos pelo que se optou por não incluir o selénio (Sel-Plex) nas rações administradas na Quinta.

3.2.2 A segurança alimentar

Tendo o privilégio de trabalhar diretamente com o Professor Manuel Chaveiro Soares, administrador da Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, que conta no seu currículo com inúmeras publicações no âmbito da Segurança Alimentar, desde logo me apercebi da importância deste tema, não só na empresa em particular mas também na indústria agro-alimentar em geral.

A política de segurança dos alimentos deve basear-se numa abordagem global e integrada, ou seja, ao longo de toda a cadeia alimentar (“da exploração agrícola até à mesa”), em todos os sectores alimentares (*in* Livro branco sobre a segurança dos alimentos, 2000).

A segurança na cadeia alimentar depende, em grande parte, da adoção de boas práticas ao longo da mesma e da implementação de sistemas de controlo baseados nos princípios HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points). A análise HACCP consiste numa abordagem sistemática, estruturada e preventiva de identificação de perigos biológicos, químicos e físicos e da probabilidade da sua ocorrência em todas as etapas da produção de

alimentos, que define medidas para o seu controlo e tem como objetivo garantir a segurança dos alimentos.

As empresas do setor alimentar devem conseguir identificar todas as fases das suas atividades determinantes para garantir a segurança dos alimentos e velar pela criação, aplicação, atualização e cumprimento de procedimentos de segurança adequados, com base nos princípios utilizados para desenvolver o sistema de análise de perigos e pontos críticos de controlo:

Princípio 1 - Proceder a uma análise de riscos. Preparar um fluxograma com todas as etapas do processo e identificar e listar os perigos potenciais, e especificar medidas preventivas para o seu controlo.

Princípio 2 - Determinar os Pontos Críticos de Controlo (PCC's).

Princípio 3 - Estabelecer limites críticos. Estes limites devem ser respeitados para garantir que cada PCC está sob controlo.

Princípio 4 - Estabelecer um sistema para monitorizar o controlo dos PCC's através de observações e teste periódicos programados.

Princípio 5 - Estabelecer a ação corretiva a tomar quando a monitorização indique que um PCC em concreto não está sob controlo.

Princípio 6 - Estabelecer procedimentos de verificação para confirmar que o sistema HACCP funciona eficazmente.

Princípio 7 - Estabelecer documentação relativa a todos os procedimentos e registos adequados a estes princípios e à sua aplicação.

Antes da aplicação do HACCP a qualquer sector da cadeia alimentar devem implementar-se os seguintes pré requisitos:

- construção das instalações com materiais impermeáveis, não absorventes, laváveis e não tóxicos, permitindo a sua fácil manutenção, limpeza e desinfeção;
- manutenção das instalações em bom estado de higiene;
- garantir um sistema de ventilação capaz de promover a adequada remoção de ar e humidade;
- manter a iluminação em cada área adequada às atividades aí realizadas;
- garantir que os fornecedores têm implementado um sistema HACCP;
- conceber e instalar equipamento de acordo com os princípios de higienização, devendo ser verificado e calibrado periodicamente;

- documentar e cumprir os procedimentos de limpeza e desinfeção dos equipamentos e instalações;
- garantir que o pessoal mantém um elevado grau de higiene e utiliza vestuário adequado, limpo, e que confira proteção sempre que necessário;
- supervisionar e dar formação adequada ao pessoal para o desempenho das suas funções;
- garantir a qualidade das matérias primas e a segurança do seu armazenamento;
- remoção e depósito em local adequado dos resíduos e subprodutos;
- elaborar e cumprir um programa de prevenção e eliminação de pragas (roedores, insetos e pássaros)
- implementar um procedimento de rastreabilidade dos produtos ao longo da cadeia, mediante registo, identificação e transmissão de informação.

Aquando do início da minha colaboração com a Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria verifiquei que já estavam cumpridos os pré requisitos necessários à implementação do sistema HACCP. De facto, o sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo tinha sido iniciado em 2001 e em 2002 encontrava-se em plena fase de implementação [Anexo I]. No ano de 2002 era possível garantir que na Quinta da Freiria se cumpria o conjunto de normas de produção, transformação, processamento, rotulagem, armazenagem, transporte e distribuição de produtos que permitiam garantir um elevado nível de proteção no que diz respeito à segurança alimentar.

Em fevereiro de 2003 o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) anunciou ter sido detetada a presença de uma substância proibida e potencialmente cancerígena em 43 explorações de aves em Portugal. Como consequência deste anúncio, além do sequestro sanitário sobre as explorações onde foi detetada a presença de AMOZ (metabolito da furaltadona, um nitrofurano), verificou-se uma quebra quase imediata de 60% na produção e na venda de aves.

Mais de 1,5 milhões de aves foram destruídas, 250 toneladas de carne de aves foram retiradas do mercado, um total de 176 explorações animais ficaram sequestradas durante semanas, foram gastos mais de 308 mil euros em análises laboratoriais efetuadas entre janeiro e julho de 2003 (*in* Relatório Final sobre Resíduos de Nitrofuranos em Portugal da DGV).

O relatório da Direção Geral de Veterinária (DGV) permite concluir que, no caso português, a grande maioria dos valores detectados (mais de 90 % das amostras) corresponderam a contaminações cruzadas ou acidentais dos alimentos ou das rações, visto, de acordo com o

Dr. Glenn Kennedy, coordenador do programa europeu “FOODBRAND”, não ser possível obter, com teores de nitrofuranos tão baixos, qualquer efeito biológico.

Não obstante as conclusões da DGV, a crise dos nitrofuranos ainda é lembrada pelo setor avícola como a “pior de sempre”, envolvendo os intervenientes na produção avícola, na transformação, no comércio e distribuição e no consumo. A quebra acentuada no consumo, num país que produz cerca de cinco milhões de aves por semana, implicou prejuízos inquantificáveis não só ao nível da produção mas também os decorrentes da inactividade dos agentes económicos a nível dos matadouros, das salas de corte e embalagem de carnes, do retalho, da restauração e da venda direta ao público.

As discussões de natureza científica, técnica, socioeconómica e política que mediaram a crise dos nitrofuranos demonstraram bem a indignação no setor avícola, não apenas pela penalização imposta nas mais de quatro mil explorações de aves existentes no país mas também pelo encerramento de inúmeras explorações avícolas consequente da reação dos consumidores ao mediatismo dado ao problema confinado a 1% do universo avícola. Nas palavras do Professor Chaveiro Soares, «é no domínio dos riscos biológicos que se centram os maiores desafios no âmbito da segurança sanitária dos produtos avícolas, se bem que sejam os riscos químicos que estão na origem dos fenómenos mais mediáticos.»

Em maio de 2003 o ministro da Agricultura dava a crise dos nitrofuranos como terminada depois de várias análises terem dado resultados negativos mas demorou mais uns meses para que a confiança no consumo de carne de aves fosse restabelecida.

Apesar do rombo nas vendas, o setor avícola conseguiu recuperar graças à organização da fileira e, em plena crise, a solução foi começar a exportar para países terceiros, nomeadamente para o centro da Europa e para o Médio Oriente. A Quinta da Freiria não foi exceção. Nesse âmbito, estive envolvida na implementação dos procedimentos necessários para a exportação de ovos de incubação. Para tal, a existência na Quinta do sistema HACCP, serviu para promover o comércio internacional garantindo aos importadores a confiança na segurança dos produtos. A exportação de ovos de incubação para países do Médio Oriente implicava uma ligação estreita entre a Quinta e a Câmara de Comércio e Indústria Árabe Portuguesa (CCIAP), na emissão de Certificados de Origem e na legalização toda a documentação relacionada com as exportações para os mercados Árabes. Esse contacto com a CCIAP era da minha responsabilidade. Foi também necessário inovar o processo de acondicionamento dos ovos de incubação para garantir a sua integridade no transporte bem como foi essencial implementar um processo de marcação dos ovos por meio de carimbos com informação pertinente, tal como é feito nos ovos de consumo. Após implementado o processo de exportação, conseguia-se na altura escoar cerca de 300.000 ovos de incubação por semana para a Líbia, Argélia ou Arábia Saudita.

3.2.3 Competências desenvolvidas

Considero que a minha experiência como Engenheira Agrónoma na Quinta da Freiria possibilitou a aquisição de novos conhecimentos em várias áreas das diferentes etapas da fileira do “ovo ao frango”. Com as tarefas que desempenhei, foram adquiridos e consolidados conhecimentos bastante abrangentes sobre o funcionamento do setor avícola, em termos de produção, manejo, alimentação, instalações e equipamento específico, segurança alimentar, estratégias de comercialização, entre outros.

Como responsável pela implementação e gestão de um ensaio no campo da nutrição animal, desenvolvi competências a nível da coordenação de projetos, utilizei uma metodologia com vista à produção de relatórios de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos, tendo elaborado um *dossier* com os resultados e respetiva análise para submissão à aprovação ou rejeição da aplicação do nutriente nas rações [Anexo II].

Com a participação no projeto multidisciplinar da produção e distribuição de pintos do dia adquiri competências no âmbito da capacidade técnica e científica para resolução de problemas, bem como o acompanhamento de funções empresariais nos referidos domínios. Esta função proporcionou-me também o desenvolvimento de competências na área social, em termos de relacionamento interpessoal e gestão de pessoal.

Contribui para a melhoria da segurança alimentar, numa situação de crise da indústria, tendo participado na aquisição e instalação de novo equipamento diretamente relacionado com o controlo de qualidade e com a metodologia do sistema HACCP, bem como fui responsável por dar formação técnica sobre a utilização da maquinaria específica para a marcação dos ovos de incubação para exportação.

Adquiri novas competências técnicas na área da comercialização de produtos, nomeadamente no campo da exportação, e aperfeiçoei as capacidades organizacionais, uma vez que fui responsável pelo planeamento e elaboração de todas as exigências documentais envolvidas nesse processo – atestado sanitário, certificado de origem, lista de carga, certificado de desinfeção, declaração de transporte e etiquetagem das caixas de transporte dos ovos de incubação previamente carimbados [Anexos III a VIII].

Posso concluir que, no âmbito da Produção Animal, tive a oportunidade de potenciar os conhecimentos adquiridos no ISA em áreas tão diversas como a Alimentação e Nutrição, a Reprodução, Anatomia e Fisiologia Animal, a Produção Avícola, suas instalações e equipamentos, e a Qualidade e Segurança Alimentar.

3.3 O Instituto de Financiamento da Agricultura e das Pescas (IFAP, IP)

(<http://www.ifap.pt>)

Com extinção do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) foi criado o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas - IFAP I.P., através do Decreto-Lei nº 87/2007, de 29 de março. Posteriormente, através do Decreto-Lei nº 195/2012, de 23 de agosto (documento retificado pela Declaração de Retificação n.º 50/2012), foi este organismo reestruturado.

A Portaria nº 393/2012, de 29 de novembro, determina a organização interna dos serviços do IFAP e aprova os seus estatutos.

O IFAP, I. P., é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

O IFAP, I.P., tem por missão, proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação de diversas medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

São atribuições do IFAP as seguintes (in Decreto-Lei nº 195/2012, de 23 agosto):

- Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da política agrícola comum;
- Garantir o cumprimento da função de organismo pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);
- Garantir o cumprimento da função de autoridade de certificação no âmbito do Fundo Europeu das Pescas (FEP), bem como de organismo intermédio na aceção do Reg. (CE) n.º 1198/2006, de 27 de julho de 2006;
- Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação, para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação;

- Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto.

O IFAP, I.P., visa uma política de qualidade na concessão das ajudas/incentivos, tentando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos aos beneficiários, potenciando a interação com estes recorrendo a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de *e-government*. Nesse âmbito tem disponibilizados 150 formulários eletrónicos e 30 *webservices* disponíveis para outros organismos. Estão inscritos no portal do IFAP cerca de 50.000 beneficiários. São submetidos nas ajudas diretas, por campanha, cerca de 200.000 formulários de pedidos de subsídio e cerca de 90.000 de pedidos ao investimento. Os pagamentos anuais de ajudas diretas e pedidos de incentivo rondam os 1,7 mil milhões de Euros, atribuídos a 250.000 beneficiários.

Compete ao Departamento de Ajudas Diretas, abreviadamente designado por DAD (*in* Portaria 393/201, de 29 novembro):

- a) Assegurar a gestão das ajudas diretas aos agricultores previstas na regulamentação comunitária;
- b) Assegurar a gestão dos apoios ao desenvolvimento rural que lhe vierem a ser cometidos, nomeadamente os sujeitos ao sistema integrado de gestão e controlo;
- c) Assegurar a gestão do regime de condicionalidade no que respeita ao cálculo e aplicação das sanções.

À Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural (UADR), compete (*in* Deliberação 319/2013, publicada no Diário da República, 2.^a série, n.º 26 de 6 de fevereiro):

- 1 - Assegurar a gestão das medidas Agro e Silvo Ambientais (ASA), relativas ao eixo n.º 2 do PRODER; PRODERAM e Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL), e o apuramento das respetivas ajudas;
- 2 - Assegurar a gestão das medidas à Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas, relativas ao eixo n.º 2 do PRODER, PRODERAM e PRORURAL, e o apuramento das respetivas ajudas;
- 3 - Garantir a articulação funcional do Instituto com outras entidades e assegurar as ações de supervisão e acompanhamento de funções delegadas na sua área de intervenção;
- 4 - Preparar e acompanhar as auditorias no âmbito do FEADER, realizadas pelas entidades de controlo competentes, comunitárias ou nacionais, no âmbito da sua área de intervenção.

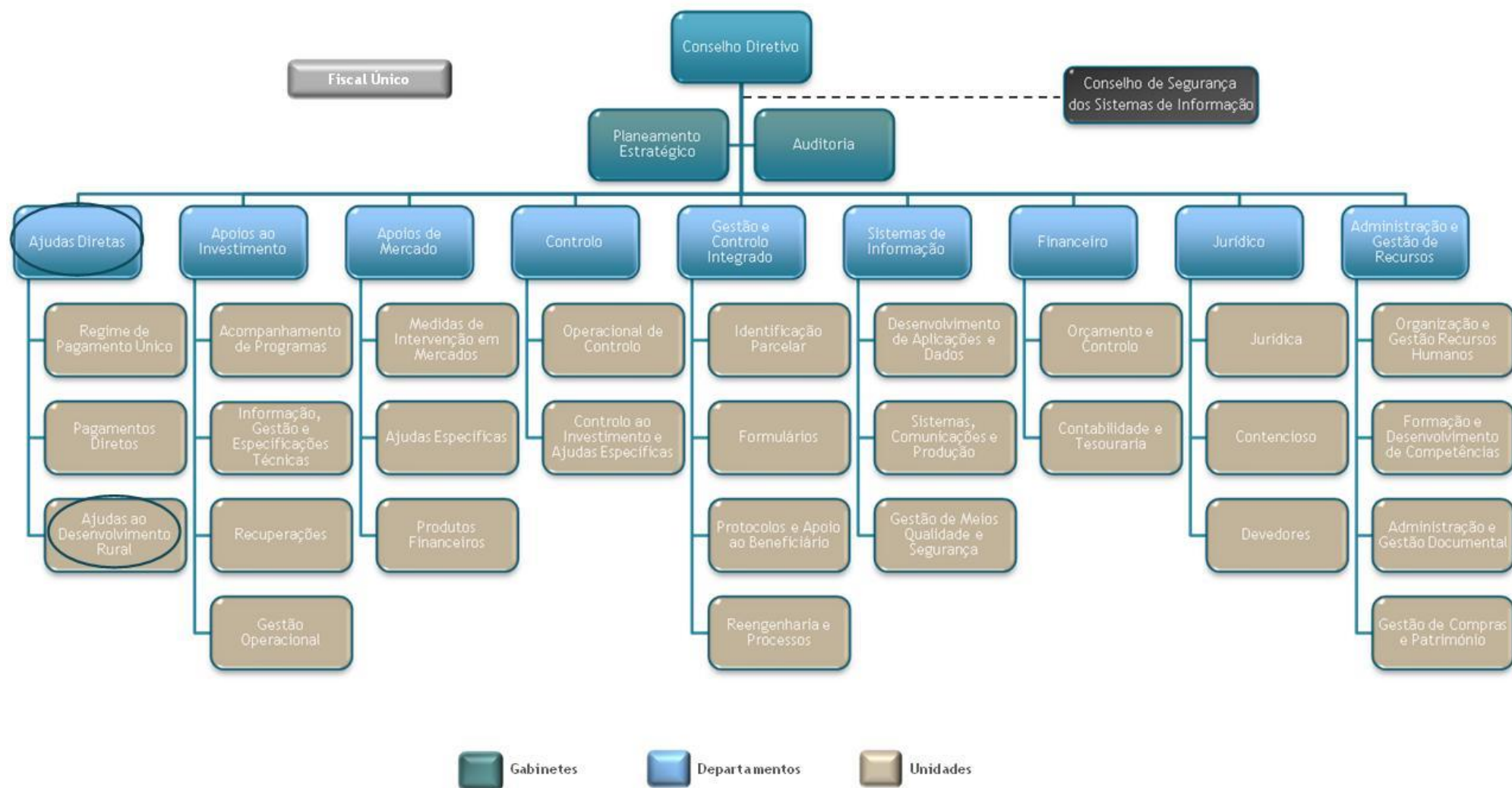


Figura 2 – Estrutura Organizativa do IFAP, IP

3.3.1 A Política Agrícola Comum (PAC) e o Desenvolvimento Rural

Em março de 1957, aquando da assinatura do Tratado de Roma e consequente constituição da Comunidade Económica Europeia (CEE), foram delineados os contornos gerais da Política Agrícola Comum (PAC), que foi iniciada em 1962 com os seguintes objectivos:

- Aumentar a produtividade da agricultura;
- Assegurar um nível de vida justo à população agrícola;
- Estabilizar os mercados;
- Garantir a segurança dos abastecimentos;
- Assegurar preços razoáveis aos consumidores.

De um modo geral, os objectivos estabelecidos foram plenamente atingidos e, na década de 70, a CEE tinha atingido a ambicionada auto-suficiência com produtos a preços moderados e ajudado a manter o equilíbrio entre as zonas rurais e urbanas.

No entanto, o modelo de apoio implementado pela PAC, que incluía a promoção de tecnologias de aumento da produtividade (mecanização, regadio, adubos, pesticidas, ...) e uma política de ajudas diretas à produção, originou um excesso de produtos, culminando em grandes desequilíbrios nos mercados. A economia das zonas rurais entra numa fase de retrocesso, repercutindo-se no aumento do desemprego no sector agrícola e consequentemente no êxodo rural.

3.3.1.1 Período 1994-1999

Em 1992 a CEE aprova a primeira reforma da PAC, alterando o modelo operacional, que deixou de se concentrar no apoio aos preços, o que permitiu alargar o leque de financiamentos para lá das ajudas diretas à produção, começando a dar relativa importância a todo o espaço rural, incluindo à preservação dos recursos naturais. Foram criadas medidas que visavam o respeito pelo ambiente por parte dos agricultores, o reforço e a consolidação da competitividade das explorações agrícolas, a segurança e a qualidade alimentar, bem como a inclusão de uma política de desenvolvimento rural com o objetivo de diversificação de atividades económicas das zonas rurais.

Dois anos após esta reforma, são colocados em prática os seus objetivos. O seguimento nacional das políticas comunitárias em matéria de desenvolvimento rural acontece durante no período 1994-1999, implementando-se, neste primeiro período de financiamento o

denominado Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu), com apoios às seguintes Medidas de Acompanhamento:

1. Medidas Agro-Ambientais (regulamentadas pelo Reg.CEE 2078/92);
2. Florestação de terras agrícolas (regulamentada pelo Reg.CEE 2080/92);
3. Reforma antecipada (regulamentada pelo Reg.CEE 2079/92).

3.3.1.2 Período 2000-2006

Em 2000 surge uma nova reforma da PAC, resultado de um dos vários desafios apresentados na Agenda 2000, o de “modernizar o modelo agrícola europeu”. Os objetivos apresentados tinham como orientação uma melhoria do nível de vida da população agrícola:

- Maior orientação de mercado e maior competitividade, segurança e qualidade alimentar;
- Estabilização dos rendimentos agrícolas;
- Integração das preocupações ambientais na política agrícola;
- Desenvolvimento da vitalidade das zonas rurais;
- Simplificação da administração;
- Maior descentralização.

A Agenda 2000 permitiu assim definir dois pilares da PAC: o primeiro pilar era orientado para as políticas de mercado e de rendimentos, e o segundo pilar consistia em medidas de desenvolvimento rural.

O regulamento Reg.(CE) 1257/1999), relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), surge como um quadro único de apoio comunitário a favor do desenvolvimento rural entre janeiro de 2000 e janeiro de 2007. Durante este período, a política europeia para o desenvolvimento rural centrou-se num orçamento distribuído por programas de financiamento, elaborados pelos Estados-Membros, onde são descritas, entre outras, quais as medidas a aplicar para cada território ou região, mediante um conjunto de propostas de medidas elaboradas pela Comissão.

As medidas de desenvolvimento rural em causa integraram quer a totalidade das medidas estruturais agrícolas, quer as medidas de acompanhamento e as indemnizações compensatórias em vigor, definidas da seguinte forma:

1. Investimento nas explorações agrícolas;
2. Instalação de jovens agricultores;
3. Formação profissional dos agricultores;
4. Reformas antecipadas;
5. Apoio às zonas desfavorecidas e a zonas com constrangimentos ambientais;
6. Medidas Agro-Ambientais;
7. Apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas;
8. Apoio à floresta e à florestação de terras aráveis;
9. Promoção da adaptação e desenvolvimento das zonas rurais.

Para o período 2000-2006, as medidas previstas para o desenvolvimento rural, encontravam-se dispersas na política nacional em três programas:

1. Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, denominado em Portugal de “AGRO”
2. Medida Específica Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRIS”
3. Plano de Desenvolvimento Rural – “RURIS”

O plano de desenvolvimento rural *RURIS* foi apresentado por Portugal à União Europeia, com vista ao financiamento através dos fundos FEOGA Garantia, revelando-se de especial importância no contexto agro-rural e agro-ambiental do território nacional. Desta forma, os objetivos de apresentação resumiam-se da seguinte forma:

- Proporcionar melhores rendimentos aos agricultores;
- Preservação dos recursos naturais e paisagísticos;
- Apoio às zonas desfavorecidas e de montanha, como o objetivo de promover e garantir uma ocupação adequada de todo o território;
- Reforço da multifuncionalidade das explorações agrícolas e da diversificação das atividades económicas das zonas rurais;
- Melhorar a competitividade das explorações agrícolas.

3.3.1.3 Período 2007-2013

Em 2003, surge, de novo, uma reforma para Política Agrícola Comum e uma nova regulamentação estrutural para o período de programação que se avizinhava (2007-2013). A PAC alterou-se substancialmente, uma vez que passou a ser instituído o Regime de Pagamento Único, tornando-se este um factor determinante na transferência dos rendimentos. O Regime de Pagamento Único é um regime de apoio aos agricultores, que tem por princípio básico o desligamento total ou parcial da produção e que substitui, total ou parcialmente, os apoios diretos à produção, ou seja, os agricultores deixam de receber apoios em função das quantidades produzidas, passando a receber em função dos seus rendimentos. Por outro lado, unificou-se, no âmbito de um único regulamento e de um único fundo, toda a componente estrutural que até aí se encontrava dispersa nos fundos que acompanhavam os QCA e o desenvolvimento rural.

É neste sentido que surge o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), cujo objetivo consistia em financiar os programas de desenvolvimento rural para o período 2007-2013, encontrando-se estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho, apresentando os seguintes objetivos para este período:

- Aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura através do apoio à reestruturação, ao desenvolvimento e à inovação;
- Melhoria do ambiente e da paisagem rural através do apoio à gestão do espaço rural;
- Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das atividades económicas.

A transposição das orientações do novo regulamento Reg (CE) 1698/2005 para o desenvolvimento rural da União Europeia no período 2007-2013, pode ser encontrada, ao contrário do que se passava em períodos anteriores, num único instrumento de programação para o território continental, denominado PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural. Uma vez traçados os objetivos, prioridades e estratégias no instrumento de referência - PNDR - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural -, partiu-se para a sua programação, onde foram estabelecidos três eixos fundamentais:

- Eixo 1 - *Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal*: são definidas medidas destinadas a: aumentar os conhecimentos e a melhorar o potencial humano; reestruturar e desenvolver o potencial físico e a promover a inovação; melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas.

- Eixo 2 - *Melhoria do ambiente e da paisagem rural*: são definidas medidas destinadas a: proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras; proteger os recursos hídricos e o solo; contribuir para a atenuação das alterações climáticas; contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas e florestais em zonas desfavorecidas.

- Eixo 3 - *Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural*: são definidas medidas destinadas a: diversificar a economia rural; melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais; promover a formação e informação de agentes económicos activos; promover a aquisição de competências e a animação, com vista à preparação e execução de uma estratégia local de desenvolvimento.

3.3.2 Atividades e responsabilidades

Após o enquadramento feito à Política Agrícola Comum e suas reformas ao longo dos anos, optei por dividir de igual modo as atividades desenvolvidas no decorrer do meu percurso profissional no IFAP. Considero que, a enumeração e explanação das funções que me foram sendo atribuídas, é mais fácil de apreender se separadas nas suas componentes regulamentares. Acresce que, em mais do que uma ocasião, os regulamentos coincidiram no tempo e foi necessário lidar com vários dispositivos legais em vigor ao mesmo tempo, sobrepondo-se algumas atividades equivalentes entre regulamentos que, de outra maneira, dificilmente se diferenciariam.

3.3.2.1 Regulamento Reg(CEE) 2078/1992 (PDRu)

O Regulamento (CEE) n.º 2078/1992, do Conselho, de 30 de junho, instituía, no seu art. 1º, um regime co-financiado a fim de:

- acompanhar as mudanças previstas no contexto das organizações comuns dos mercados,
- contribuir para a realização dos objetivos das políticas comunitárias em matéria agrícola e de ambiente,
- contribuir para proporcionar aos agricultores um rendimento adequado.

O regulamento introduziu uma série de medidas que, de um modo geral, pretendiam combater os efeitos poluentes resultantes da prática da agricultura intensiva, encorajando práticas agrícolas extensivas.

A este objetivo geral, acrescia o apoio e incentivo à prática da agricultura biológica, por um lado e a formas de lazer em espaço rural por outro, privilegiando, designadamente, a conservação da paisagem.

Em Portugal, as medidas Agro-Ambientais foram introduzidas nos finais de 1994, na vertente relativa à extensificação ou manutenção dos sistemas de agricultura tradicional extensiva.

As ajudas às medidas Agro-Ambientais, que englobavam primordialmente compromissos por um período de cinco anos, teriam o respetivo financiamento previsivelmente terminado em 1999. No entanto, e aquando do meu ingresso no serviço do então IFADAP/INGA que geria as Medidas Agro-Ambientais em 2003, existiam ainda pagamentos por realizar no âmbito do PDRu, bem como inúmeros processos abertos no âmbito da recuperação de verbas indevidamente pagas aos beneficiários.

Assim, em 2003 foram-me atribuídas as seguintes funções:

- Elaboração e acompanhamento dos processos de recuperação de verbas pagas indevidamente no PDRu, a nível da aplicação informática do ex-IFADAP (sistema Oracle), para as campanhas até 2000 (inclusive);
- Elaboração de pareceres e respostas ao departamento jurídico e também directamente ao tribunal no âmbito das ações interpostas decorrentes dos processos de dívida;
- Comunicação estrita com as delegações regionais do ex-IFADAP, na qualidade de organismos representantes na assinatura de contratos com os beneficiários das medidas Agro-Ambientais do Reg(CEE)2078/92, e com as Direções Regionais de Agricultura, como entidades gestoras das candidaturas apresentadas às medidas do PDRu;
- Análise casuística de processos potencialmente devedores, análise e alteração dos planos de recuperação no sistema informático Oracle, solicitação de criação da ficha de recuperação de verbas, preenchimento de fichas para comunicação ao OLAF (Organismo Europeu de Luta Anti Fraude), análise de contestações e elaboração de pareceres técnicos, verificação dos dados na base de dados dos devedores do Departamento Jurídico, arquivamento de processos na aplicação informática;
- Acompanhamento do processo de cedência de créditos resultantes dos processos de recuperação de verbas instaurados, do IFADAP para o INGA no âmbito da fusão dos dois Institutos.

3.3.2.2 Regulamento Reg(CE) 1257/1999 (RURIS)

O Regulamento (CE) n.º 1257/1999, do Conselho, de 17 de maio, definia, no seu art. 22º, as Medidas Agro-Ambientais da seguinte forma:

O apoio aos métodos de produção agrícola destinados a proteger o ambiente e a manter o espaço natural (agro-ambiente) deve contribuir para a realização dos objetivos das políticas comunitárias de agricultura e de ambiente.

Esse apoio promoverá:

- formas de exploração das terras agrícolas, compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética,
- uma extensificação da exploração agrícola e manutenção de sistemas de pastagem extensivos, favoráveis em termos de ambiente,
- a conservação de espaços cultivados de grande valor natural que se encontrem ameaçados,
- a preservação da paisagem e das características históricas e tradicionais nas terras agrícolas,
- a utilização do planeamento ambiental nas práticas agrícolas.

E explicava, no art. 24º, que o apoio concedido como contrapartida dos compromissos Agro-Ambientais seria anual e calculado com base:

- na perda de rendimento,
- nas despesas adicionais resultantes dos compromissos,
- na necessidade de proporcionar um incentivo.

Quando ingressei o Serviço das Medidas Agro-Ambientais, em 2003, já tinha ocorrido a discussão da Agenda 2000 e o programa RURIS estava a meio da sua execução.

No âmbito do RURIS, para a gestão das medidas implementadas, foram-me atribuídas, entre 2003 e 2004, as seguintes funções:

- Conceção, elaboração de requisitos e realização de testes ao Módulo de Recuperações, aplicação informática para apuramento de devedores do RURIS e cujos mecanismos permitiam a recuperação de verbas indevidamente pagas;
- Justificação de ocorrências no Processo Agro-ambiental após análise das candidaturas;

- Análise e propostas de alteração da legislação no âmbito das Agro-Ambientais;
- Proposta de validações a aplicar na aplicação informática com base na legislação em vigor;
- Apoio à elaboração e execução de testes no programa de recolha de candidaturas;
- Análise da proposta legislativa para as ajudas Agro-Ambientais a implementar no âmbito do Plano Zonal do Parque Nacional da Peneda Gerês;
- Elaboração do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Medidas Agro-Ambientais da campanha em curso para as candidaturas às ajudas do RURIS;
- Análise e tratamento das faltas de confirmação anual nas candidaturas Agro-Ambientais;
- Apoio ao desenvolvimento e execução de testes ao Cálculo da Dimensão Económica das Explorações, e nos casos aplicáveis envio de ofícios com os respectivos cadernos de campo a preencher pelos beneficiários;
- Apoio a Missões Comunitárias e Auditorias realizadas no âmbito das Medidas Agro-Ambientais;
- Acompanhamento e participação no processo de Certificação de Contas pela Inspeção Geral de Finanças (IGF);
- Elaboração e acompanhamento dos processos de recuperação de verbas pagas indevidamente no RURIS, apurados para as campanhas de 2003 e 2004, nomeadamente apuramento de potenciais devedores, solicitação de criação da ficha de recuperação de verbas, envio das respectivas decisões finais, análise de contestações, solicitação de pareceres a outros serviços, arquivamento e rectificação dos processos de recuperação de verbas, lançamento em conta corrente das dívidas decorrentes de processos devedores instaurados, envio periódico de ficheiros para o Departamento Jurídico com o ponto de situação dos devedores apurados.

Em 2005, ano em que a seca extrema assolou Portugal, a mais grave em termos meteorológicos dos últimos 60 anos segundo o Relatório de Balanço da Comissão para a Seca, vi acrescentadas às funções que já desempenhava, duas funções de relevo neste ano em particular:

- Acompanhamento das ações judiciais interpostas pelos agricultores na sequência do indeferimento decretado pelo Ministro da Agricultura ao acesso a novos compromissos nas medidas Agro-Ambientais nas candidaturas da campanha de 2005 e seguintes;
- Acompanhamento da situação de seca, a nível de justificações de incumprimentos aos dispostos legais, nomeadamente no que respeita à ultrapassagem dos limites máximos de encabeçamento nas zonas afetadas.

Em 2006, na sequência de uma recomendação da IGF no âmbito da Certificação de Contas, determinou-se a necessidade de comunicar aos beneficiários o cálculo dos valores apurados para pagamento das medidas Agro Ambientais. Deste modo, fiquei incumbida de uma nova função:

- Elaboração, desenvolvimento, testes e acompanhamento do envio dos Ofícios de Demonstração de Valores Apurados das ajudas pagas nas campanhas de 2004 [Anexo IX], 2005 e 2006.

3.3.2.3 Regulamento Reg (CE) 1698/2005 (PRODER)

O Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de setembro, estabeleceu as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável que deve contribuir para o aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura, a melhoria do ambiente e da paisagem rural e a promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das atividades económicas.

Nesse âmbito, o regulamento determina, no seu art. 36º que, os apoios concedidos ao abrigo do Eixo 2 para medidas destinadas à utilização sustentável das terras agrícolas, onde se incluem os pagamentos Agro-Ambientais e para medidas destinadas à utilização sustentável das terras florestais, introduzindo os pagamentos Silvo-Ambientais, são concedidos anualmente e abrangem os custos adicionais e a perda de rendimentos resultantes do compromisso assumido.

Em 2003 as funções que tinha assumido no Serviço das Medidas Agro-Ambientais não estavam relacionadas com a nova reforma da PAC para o período 2007-2013. Esta reforma só começou a ser discutida pelos técnicos do serviço quando, em 2004, foi necessário avaliar a introdução de novas Medidas, nomeadamente as que englobavam ajudas às zonas de alto valor paisagístico como os Parques Naturais e zonas protegidas. Após análise e discussão da proposta legislativa, foram implementadas em 2005 oito novas medidas chamadas “Planos Zonais” e que tiveram início de compromisso ainda no âmbito do programa RURIS.

Em 2007 existiam candidaturas do programa RURIS que estavam no seu 3º ano de compromisso – tinham sido iniciadas em 2004 (último ano em que houve novos compromissos nas Medidas Agro-Ambientais deste Regulamento). Mas existia também um grande número de beneficiários que já tinha o seu compromisso terminado – tinham iniciado em 2002 ou 2003 e tinham cumprido os cinco anos obrigatórios. Para esses requerentes era necessário prever a existência de novas ajudas com efeito ainda nesse ano. Assim, no

âmbito do PRODER, foram criadas 25 medidas novas (14 medidas Agro-Ambientais e 11 medidas Silvo-Ambientais) e foram implementadas em setembro de 2007, tendo sido criada uma exceção para estas medidas, conforme disposto no Despacho Normativo n.º 35-A/2007, de 27 de setembro, que previa um prazo especial para apresentação de candidaturas (que decorreu entre 28 de setembro e 31 de outubro) e o pagamento antecipado dos compromissos que deveriam ter candidatura formalizada apenas em 2008. Não obstante, a aprovação das candidaturas apresentadas no Período Especial ficou dependente da aprovação, pela Comissão Europeia, do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013, bem como do seu enquadramento em regulamentação nacional específica.

Em março de 2007, com a criação do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, resultante da fusão entre o IFADAP e o INGA, o Serviço das Medidas Agro-Ambientais foi reestruturado e foi integrada na Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural (UADR) do Departamento das Ajudas Diretas.

A UADR acolhe como objetivo operacional assegurar aos agricultores o pagamento das ajudas do âmbito do Desenvolvimento Rural, onde se incluem as Medidas Agro Silvo Ambientais. Para efeito dos apuramentos para pagamento são necessárias efectuar as validações previstas na legislação, os controlos administrativos cruzados, a integração de resultados de controlo de campo e a aplicação de penalizações e sanções. Ao invés dos pagamentos das ajudas das Medidas Agro-Ambientais do RURIS que eram efetuados a 100% numa única tranche de pagamento, os pagamentos das Medidas Agro Silvo Ambientais do PRODER são, desde a criação do período especial de candidaturas de 2007, e até ao presente, pagas em duas vezes: uma tranche de pagamento paga adiantada na percentagem de 70% do valor calculado e uma segunda tranche onde são pagos os restantes 30%. A utilização de pagamentos adiantados evita os constrangimentos sentidos pelos beneficiários do RURIS cujas explorações calhavam na amostra alvo de controlo de campo uma vez que estes tinham de aguardar a emissão dos resultados do controlo para poderem ser pagos. No caso dos beneficiários do PRODER, o adiantamento é feito para todo o universo de requerentes da ajuda e os 30% da segunda tranche apenas são pagos quando os controlos de campo de todo o universo da amostra selecionada para controlo *in loco* estão finalizados.

As Medidas Agro Silvo Ambientais do PRODER, à semelhança do que já acontecia no RURIS, pela sua natureza de ajudas plurianuais, implicam a existência de processos de recuperação de verbas sempre que, no decurso do período de compromisso, ocorre um incumprimento, verificado em controlo administrativo ou *in loco*. O apuramento de devedores implica o desenvolvimento, elaboração de testes e aprovação de todos os procedimentos

inerentes ao desenvolvimento dos Módulos informáticos de Apuramento de Recuperações e Lançamento de Devedores, a elaboração de Pedidos de Criação de Ficha de Recuperação de Verbas, e a emissão de ofícios de Audiência Prévia e Decisão Final.

Outro dos objetivos da UADR é o de reforçar a confiança e a qualidade na informação a prestar às Instituições Nacionais e Comunitárias, no âmbito da aplicação do Fundo FEADER. O acompanhamento das Missões de Auditorias da Comissão Europeia e das Auditorias no âmbito da Certificação de Contas da Inspeção Geral de Finanças, bem como o acompanhamento das recomendações formuladas em sede de auditoria pelas diversas entidades e ainda as acções de *follow-up* de verificação da implementação das recomendações relativas a eventuais deficiências detectadas em sede de auditorias são as principais actividades realizadas para o cumprimento desse objectivo.

No âmbito do PRODER, e em parte como consequência da reestruturação operada em 2007 na organização do IFAP, algumas das funções que vinha a desempenhar desde 2003 sofreram alterações, embora as de base se tenham mantido.

Uma das funções prioritárias do IFAP é o atendimento e a resposta correta e atempada aos beneficiários e diferentes entidades. A UADR recebe mais de 30 mil cartas e ofícios por ano e entre 15 a 20 pedidos de atendimento em *back-office* por semana, além dos inúmeros telefonemas diários. Por isso, a função de atendimento representa um grande volume de trabalho no dia-a-dia. Nesta área tenho como funções prestar atendimento telefónico e presencial aos beneficiários, associações e entidades e responder a inúmeras questões colocadas pelo serviço de *call center* do IFAP para efeito de prestação de esclarecimentos. Também sou responsável por responder aos inúmeros pedidos de informação urgentes de organismos oficiais como Tribunais, Instâncias Policiais, Direções Gerais e outras entidades.

No cumprimento do objetivo de pagamento das ajudas, participei nos testes da aplicação informática de apuramento para pagamento, entre 2007 e 2011, e procedi à análise dos pedidos de ajuda e de pagamento com vista à atualização ou correção dos dados constantes das candidaturas, permitindo o correto e atempado pagamento das ajudas.

Tendo em conta que o desenvolvimento de uma aplicação informática carece da realização exaustiva de testes, e que, no final de cada bateria de testes, são elaborados documentos de aceitação de *software* [Anexo X] com o resultado das verificações efetuadas, as fases de levantamento de requisitos e de realização de testes são bastante exigentes em termos de trabalho.

Na campanha de 2010 foi necessário promover alterações de fundo na aplicação informática, devido a alterações legislativas e a melhorias impostas por recomendação da

Comissão em sede de auditoria externa efetuada no âmbito da extração dos dados para elaboração do relatório imposto pelo art. 34º do Reg.(CE) 1975/2006 da Comissão, de 7 de dezembro, que diz que «Os Estados-Membros enviarão à Comissão até 15 de julho de cada ano, (...), um relatório sobre o exercício financeiro FEADER precedente, que cubra, em especial, os seguintes pontos: O número de pedidos de pagamento por cada medida de desenvolvimento rural, a superfície total e o número de animais discriminados por regime de ajuda e o resultado dos controlos realizados».

Na UADR sou responsável, em colaboração com outra colega, pela elaboração, análise e divulgação de estatísticas e previsões. Neste âmbito, além da extração e validação da informação estatística para preenchimento do relatório do art. 34º do Reg(CE) 1975/2006 [Anexo XI], participei na produção de informação específica a enviar à Autoridade de Gestão (AG) do PRODER, ao abrigo da Cláusula 13ª do Protocolo de articulação funcional entre o IFAP e a AG do PRODER, em conformidade com o estabelecido em reuniões de articulação com aquela entidade. Efectuei ainda a extracção, tratamento e elaboração de diversos relatórios relativos a dados estatísticos envolvidos nas candidaturas e pagamentos geridos pela UADR.

Na área das previsões, tenho como função a elaboração, a título mensal, do Quadro das Previsões de Pagamento, bem como a transmissão ao Departamento Financeiro das previsões das necessidades de aprovisionamento financeiro, informando, para cada trimestre, as previsões de montantes a financiar pelo FEADER no ano em curso bem como uma estimativa actualizada dos pedidos de financiamento para o ano seguinte. Ainda neste campo, participei na elaboração do Quadro de Acompanhamento do ponto de situação do PRODER solicitado pelo MADRP e executei a verificação da informação estatística constante do mesmo, remetida pelo IFAP a título semanal.

Na área da gestão dos devedores, mantive, para as candidaturas do PRODER, funções semelhantes que já desempenhava ao abrigo das Medidas Agro-Ambientais do PDRu e do RURIS, executando a tramitação inerente ao processamento das recuperações de verbas.

No processo de acompanhamento de auditorias e certificação de contas operada pela IGF, foi acrescentado às funções que já tinha, o *follow-up* das recomendações de auditorias de anos anteriores. Participei ainda no acompanhamento da Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade relativa ao exercício de 2010 e no acompanhamento da Auditoria do GAU no âmbito do Plano Anual de Actividades de 2009.

Em 2009 foi atribuída à UADR a função de apuramento e pagamento de uma medida do Eixo 1 do PRODER denominada Apoio aos Regimes de Qualidade. Esta ajuda não obedecia às mesmas regras das ajudas do Eixo 2, principalmente porque se tratava de uma

ajuda anual e não de um compromisso plurianual, o que dificultou a sua integração no circuito de apuramento e pagamento das Medidas Agro Silvo Ambientais já implementado [Anexo XII]. Assim, tornou-se necessário conceber e elaborar um esquema de cadeia de apuramento exclusivo para o Apoio aos Regimes de Qualidade [Anexo XIII], processo no qual estive envolvida, bem como a elaboração de normas de procedimento específicas para esta medida. Este Apoio vigorou apenas nos anos de 2009 e 2010, tendo sido depois descontinuado.

Além das funções já discriminadas, sempre que necessário, represento a UADR em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por orientações superiores.

3.3.3 Competências desenvolvidas

Ao longo dos mais de 10 anos em que estive envolvida na gestão das ajudas do desenvolvimento rural, e tendo acompanhado as diferentes reformas da Política Agrícola Comum e os respetivos Programas regulamentares, considero ter adquirido conhecimentos bastantes para desempenhar as minhas funções com elevado nível de competência.

Mas, nem sempre foi assim. Nos primeiros tempos de trabalho no IFAP, a formação académica da especialidade de Produção Animal não era suficiente para preencher as lacunas de conhecimento em áreas como a proteção integrada ou a agricultura biológica. As dificuldades sentidas no início, na falta de ferramentas úteis nas tarefas a exercer, foram tomadas como desafio e rapidamente foram ultrapassadas quer através da formação quer devido ao trabalho em equipa, estimulando a aquisição de novas competências e conhecimentos.

Só mais tarde me apercebi que a formação específica no ramo da Produção Animal não só potenciava o meu entendimento dos procedimentos de manejo e gestão das explorações agro-pecuárias cujo efetivo animal era candidato aos subsídios, como me dava vantagem na apreciação dos processos de controlo de campo efetuado sobre os animais objeto de ajuda.

No cômputo geral os conhecimentos académicos na área da Produção Animal permitiram aperceber-me e apreciar os benefícios obtidos com a atribuição das ajudas às Medidas Agro-Ambientais na sua vertente da Proteção da Biodiversidade Doméstica, sendo óbvio que os subsídios são essenciais à manutenção da maioria das raças autóctones das diferentes espécies animais que, caso contrário, estariam condenadas à extinção.

Destacam-se, também, algumas capacidades adquiridas ao longo da formação académica associadas ao desenvolvimento pessoal e que considero relevantes no âmbito do meu desempenho profissional: espírito de iniciativa; capacidade organizativa e de sistematização; gosto pelo trabalho em equipa; domínio de temáticas pluridisciplinares e capacidade de adaptação a diferentes linguagens técnicas.

Não obstante a formação de base alicerçada, constatei a necessidade de melhorar os meus conhecimentos no âmbito da economia agrária e da sociologia rural. Neste ponto, importa referir que o meu desempenho evoluiu principalmente através da prática laboral e do contacto com situações profissionais ocorridas no dia-a-dia.

A integração num serviço público onde prima o trabalho em equipa proporcionou o desenvolvimento de práticas de comunicação e de orientação do relacionamento interpessoal, estimulando a aquisição de novas competências de carácter social e impulsionando o reconhecimento do fator humano no contexto profissional.

A necessidade de formação complementar foi sentida à medida que foram aumentando as responsabilidades e a complexidade das atividades realizadas, e, sempre que essa formação se proporcionou, senti reforçado o nível de conhecimentos técnicos.

Ao longo do percurso profissional foram sendo aplicados os conhecimentos adquiridos e aperfeiçoadas as competências e capacidades, tendo sido desenvolvida uma experiência profissional ímpar, em parte também proveniente da aplicação de regras e requisitos definidos nos diferentes programas de apoio, bem como pela análise de legislação nacional e comunitária para a operacionalidade desses programas, muitas vezes trabalhados em simultâneo.

Considero que o conjunto de conhecimentos e experiência adquiridos ao longo dos anos contribuiu para aperfeiçoar as minhas aptidões e competências técnicas, sociais e organizacionais que se traduzem num excelente desempenho das minhas funções enquanto Engenheira Agrónoma ao serviço do IFAP.

4 PRODUÇÃO DE DIVULGAÇÃO TÉCNICA

Enquanto técnica ao serviço de um Instituto Público, a produção de documentos toma um carácter público ao invés de se criarem publicações individuais. Não obstante, e tendo participado em diversas publicações conjuntas da instituição, como por exemplo os Relatórios de Atividades e Contas do IFAP, publicados anualmente (*in* http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_oifap/GC_instrumentosdegestao/GC_relatorioActContas), fui autora, entre 2004 e 2008, para cada ano, do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Medidas Agro-Ambientais da campanha em curso [Anexos XIV a XVIII]. Estes Manuais compilavam as normas legais em vigor, explanando as Portarias publicadas para as ajudas Agro-Ambientais, e davam instruções sobre o preenchimento correto dos formulários de candidatura aos subsídios. Os referidos Manuais eram tornados públicos através do *site* do IFAP e eram distribuídos pelas diversas Entidades responsáveis pela formalização das candidaturas dos milhares de beneficiários que requeriam ajudas às Medidas Agro-Ambientais, tornando-se de consulta essencial para o bom funcionamento do processamento das candidaturas no sentido da prevenção de erros prejudiciais à atribuição das ajudas.

Além da elaboração dos Manuais, também participei em várias sessões de esclarecimento ministradas pelo IFAP aos colaboradores intervenientes no processo de candidaturas, nomeadamente, às Entidades Credenciadas (EC's) na recolha de candidaturas, às Associações de Agricultores e às Direções Regionais de Agricultura (DRA's). Para a sua execução, mantive a organização, desenvolvimento e respetiva operacionalidade das ações de formação dirigidas aos técnicos abordando, na temática das Medidas Agro-Ambientais, não só a formalização do processo de candidatura mas também as alterações aos diplomas legais que regulamentam estas ajudas.

Por ser responsável pela compilação da informação constante nos Manuais, também procedia à análise e avaliação dos Manuais das Ajudas Agro-Ambientais elaborados pelas entidades credenciadas (CAP, CNA, CONFAGRI, AJAP e CNJ) no âmbito do protocolo celebrado entre estas e o Instituto.

Em 2003 fui responsável pela elaboração do Manual de Procedimentos das Medidas Agro-Ambientais do Reg. 1257/1999 (RURIS), disposto na Norma PAV – 10/03 [Anexo XIX]. Esta norma, em conjunto com as Normas Procedimentos EA – 07/03 “Recolha de Candidaturas”, CT – 05/03 “Controlo Administrativo dos Pedidos de Ajuda”, CT – 06/03 “Controlo de Campo de Superfícies e Animais”, GF – 16/03 “Cadeia de pagamentos”, JC – 07/02 “Recuperação

de Verbas”, definia o circuito dos processos de candidatura com vista ao seu apuramento e respetivo pagamento das ajudas no âmbito do RURIS.

Em 2008 elaborei, em colaboração com outra técnica da UADR, as seguintes Normas de Procedimentos: a GDR 080/01 [Anexo XX], onde consta uma caracterização sumária dos apoios das Medidas Agro e Silvo Ambientais do Continente e da Madeira no âmbito do PRODER e os procedimentos a adotar com vista ao apuramento e pagamento dessas ajudas; a GDR 54/01 [Anexo XXI], que inclui a enumeração das Medidas Agro-Ambientais do Continente e da Madeira em vigor na campanha de 2008 no âmbito do RURIS, bem como a explanação dos procedimentos existentes para o apuramento e pagamento das ajudas no último ano de programação do Reg.(CE) 1257/1999; a DDER 130/01 [Anexo XXII] onde se efetua uma caracterização sumária da medida do Eixo 1 do PRODER nomeada Apoio aos Regimes de Qualidade e onde se enumeram os procedimentos a adotar com vista ao apuramento e pagamento desse apoio.

Em 2010 participei ativamente na elaboração de dois normativos internos que definem as Normas de Procedimentos das cadeias de apuramento das Medidas Agro e Silvo Ambientais do Continente e da Madeira (NP-020) [Anexo XXIII], no âmbito do Eixo 2 do PRODER e PRODERAM e da ajuda Apoio aos Regimes de Qualidade no Continente (NP-021) [Anexo XIV] no âmbito do Eixo 1 do PRODER. É através destas normas que se define o modo como são processados os pagamentos das ajudas em conformidade com o disposto nos Regulamentos Comunitários e nas Portarias nacionais. Também são estas normas que facultam os elementos necessários para que as auditorias internas e externas consigam aferir a fiabilidade desses pagamentos.

5 ANÁLISE CRÍTICA

«A Política Agrícola Comum põe-nos a comida no prato, proporcionando-nos produtos são, de alta qualidade e seguros a preços acessíveis e equitativos. Ao longo dos anos, a PAC foi-se adaptando às novas circunstâncias económicas e às exigências dos cidadãos. Na sua grande maioria, estes apoiam-na e reconhecem os benefícios substanciais que lhe estão associados. Agora, a PAC está a ser remodelada para fazer face aos desafios que tem pela frente. Nos próximos anos, tornar-se-á mais equitativa, mais ecológica e mais eficiente.» (*in* PAC - Uma parceria entre a Europa e os agricultores)

Em 2014 inicia-se um novo período de programação de fundos comunitários. A Comissão Europeia defende uma “nova” PAC forte e estruturada em torno dos seus dois pilares [Anexo XXV], com um 1º pilar mais verde e mais equitativo e um 2º pilar onde o desenvolvimento rural está mais orientado para a competitividade e a inovação, as alterações climáticas e o ambiente.

São definidos 3 objetivos centrais para a PAC, sendo proposta uma estratégia para o futuro a longo prazo da agricultura e das zonas rurais, aprofundando o processo de reforma da PAC num contexto de sustentabilidade das políticas económicas e das finanças públicas.

Objetivo 1: Produção alimentar viável

- Contribuir para os rendimentos agrícolas e limitar a sua variabilidade;
- Melhorar a competitividade do sector agrícola e aumentar a sua quota de valor na cadeia alimentar;
- Compensar as dificuldades de produção em zonas com condicionantes naturais específicas, regiões que estão confrontadas com um maior risco de abandono das terras.

Objetivo 2: Gestão sustentável dos recursos naturais e alterações climáticas

- Garantir práticas de produção sustentáveis;
- Promover o crescimento verde através da inovação;
- Prosseguir as acções de mitigação das alterações climáticas.

Objetivo 3: Desenvolvimento territorial equilibrado

- Apoiar o emprego rural e preservar o tecido social das zonas rurais;
- Melhorar a economia rural e promover a diversificação;

- Permitir a diversidade estrutural dos sistemas de produção agrícola, melhorar as condições de vida para as pequenas explorações e desenvolver os mercados locais.

O apoio ao desenvolvimento rural deverá ter por objetivo promover a competitividade, a gestão sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento equilibrado das zonas rurais. O recurso a práticas agrícolas ambientais sustentáveis, nomeadamente a agricultura biológica, tem vindo, nos últimos anos, a afirmar-se como uma atividade com potencial para o desenvolvimento da agricultura, assumindo, em paralelo, um papel bastante importante no desenvolvimento dos espaços rurais. O crescimento verificado no âmbito dos modos de produção biológico e integrado encontra-se refletido no incremento de apoios ao longo dos períodos de financiamento às Medidas Agro-Ambientais, onde se incluem os dois modos de produção. É essencial continuar a fomentar o aumento das áreas de agricultura em modo biológico e produção integrada, decorrendo daí melhores benefícios para o ambiente e um maior valor acrescentado aos produtos.

Em termos operacionais do novo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) destacam-se os seguintes desafios para o Horizonte de 2020:

- Relativamente ao défice comercial são consideradas prioritárias, a implementação de medidas relacionadas com a competitividade e a viabilidade das explorações, especificamente, através de investimento na modernização das explorações, nomeadamente, no regadio. De referir também as medidas de promoção do rejuvenescimento dos ativos agrícolas, de redução dos custos de produção, de modernização das pequenas e médias explorações, de criação de um banco de terras e da melhoria da estrutura fundiária.
- Quanto à promoção da organização das cadeias alimentares, a forma de aumentar o poder negocial dos produtores primários na cadeia alimentar, poderá ser através de investimentos nos sistemas de qualidade e do apoio à criação de mercados locais e de cadeias de abastecimento curtas. Deve também ser valorizada a transferência de conhecimentos e a inovação dos setores agrícola e florestal e a promoção da utilização eficiente de recursos para uma economia mais competitiva, de baixo teor de carbono e eficiente na utilização sustentável dos recursos, e resistente às alterações climáticas.
- Para aumentar a concentração da oferta deverá ser privilegiada a promoção da organização, através do apoio aos agrupamentos de produtores e organizações de agricultores. A atual fraca concentração na oferta de produtos é apontada como um dos grandes problemas estruturais da agricultura portuguesa, com consequências no défice comercial e no desequilíbrio da cadeia de valor alimentar.

- Para combater o desequilíbrio da cadeia alimentar deve ser dado enfoque aos sistemas de qualidade, com marcas vinculadas à origem da produção, rotulagem e certificação. Realça-se a necessidade de criação de sistemas de marca ou rotulagem para identificação da origem e o apoio às pequenas e médias explorações através da aposta nos produtos de qualidade e a relocalização do consumo, suportada nos circuitos curtos de comercialização, nomeadamente, através das vendas diretas e em mercados tradicionais.

Tendo em conta a experiência de Programas anteriores, podem indicar-se como princípios a ter em conta na conceção, gestão e operacionalidade do novo PDR os seguintes:

- maior simplificação: questões apontadas à estabilidade e clareza da legislação, da programação e da execução; a redução, formulação clara e objetiva das medidas e seu ajustamento aos diferentes sistemas de agricultura; a melhoria dos sistemas de informação e dos procedimentos, entre outras.

- incentivo à adesão dos potenciais beneficiários: propostas ao nível da concepção do programa (recuperação das Medidas Agro-Ambientais dos quadros anteriores ao atual, medidas de investimento modelares e tipificados, entre outras), do seu funcionamento: (candidaturas em contínuo, disponibilidade de informação clara e detalhada, entre outras) e dos níveis de ajuda.

- melhoria da execução: a adotar ao nível da preparação do PDR (implementação de mecanismos de análise de desempenho), do modelo institucional (criação de balcão único, agilização de procedimentos, entre outros), do sistema de informação, do funcionamento (transição rápida e sem interrupções entre programações) e do financiamento (adiantamentos as ajudas, pagamentos nos prazos estabelecidos, entre outros).

De modo a acomodar a nova arquitetura da PAC, bem como garantir a continuidade dos principais regimes de apoio, importa garantir a disponibilidade de instrumentos adequados para cumprir os objetivos nacionais e comunitários para o desenvolvimento rural, no atual contexto da crise económica, da pressão sobre as finanças públicas e da crescente necessidade de mobilização dos recursos para o investimento privado.

O apoio ao desenvolvimento rural é um instrumento fundamental para a promoção do sector agro-florestal e do desenvolvimento territorial equilibrado. O exercício de programação é decisivo para que este instrumento contribua para melhorar a produção alimentar, fomentar criação de emprego nas zonas rurais, favorecer a gestão sustentável dos recursos naturais e ajudar no combate às alterações climáticas.

BIBLIOGRAFIA

A situação da agricultura na União Europeia - Relatório 2002. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas. 2004.

Chaveiro Soares, M. 2010. *Desafios da segurança alimentar para o sector avícola*. Publicado por FEPASA - Federação Portuguesa das Associações Avícolas.

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sob o tema “A PAC no horizonte 2020 – Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais”. Comissão Europeia. Bruxelas. 2010

Construção Europeia: do Tratado de Roma à Agenda 2000. Disponível em : [http://www.infopedia.pt/\\$construcao-europeia-do-tratado-de-roma-a](http://www.infopedia.pt/$construcao-europeia-do-tratado-de-roma-a)

Decisão do Conselho 2006/144/CE, de 20 de fevereiro de 2006, relativa às orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural (Período de programação 2007-2013). Jornal Oficial da União Europeia JL 55/20, de 25/2/2006.

Decreto-Lei n.º 195/2012, de 23 de Agosto, publicado em Diário da República, 1.ª série — N.º 163 — 23 de agosto de 2012.

Deliberação n.º 319/2013, publicada em Diário da República, 2.ª série — N.º 26 — 6 de fevereiro de 2013.

Kennedy, Glenn, 2003. Nitrofuranos em Avicultura. *IV Simpósio Brasil Sul de Avicultura*.

Livro Branco sobre a Segurança dos Alimentos. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, 12/1/2000.

Normas para Elaboração do Relatório Integrador da Actividade Profissional nos termos do nº 3 do art. 3º do Regulamento Geral dos Segundos Ciclos de Estudo Conducentes ao Grau de Mestre do ISA. DR, 2ªsérie – nº 160 de 22/08/2011

O Futuro da PAC pós-2013 Principais desenvolvimentos. GPP – MAMOT. Setembro 2010.

Patrício, M. Teresa, Aida Valadas de Lima, Eleutério Sampaio, 1996. O Contexto de Implementação das Medidas Agro-Ambientais em Portugal. *III Congresso Português de Sociologia*. Celta Editora.

Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural 2007-2013. MADRP. Outubro 2007.

Política Agrícola Comum - Uma parceria entre a Europa e os agricultores. DGADR. Luxemburgo. 2012.

Portaria n.º 393/2012, de 29 de Novembro, publicada em Diário da República, 1.ª série — N.º 231 — 29 de novembro de 2012.

Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013. MADRP. Março 2007.

Projecto de brochura informativa da Comissão sobre a Agenda 2000 destinada ao público em geral. Programa Prioritário de Publicações 1999, X/D/5

Regulamento (CEE) nº. 2078/1992 do Conselho, de 30 de junho de 1992, relativo a métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e à preservação do espaço natural. Jornal Oficial da União Europeia L 215/85, de 30/7/1992.

Regulamento (CE) nº. 1257/1999 do Conselho, de 17 de maio de 1999, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural e que altera e revoga determinados regulamentos. Jornal Oficial da União Europeia L 160/80, de 26/6/1999.

Regulamento (CE) nº. 1698/2005 do Conselho, de 20 de setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Jornal Oficial da União Europeia L 277/1, de 21/10/2005.

Regulamento (CE) nº. 1975/2006 da Comissão, de 7 de dezembro de 2006, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho relativas aos procedimentos de controlo e à condicionalidade no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento rural. Jornal Oficial da União Europeia L 368/74, de 23/12/2006.

Relatório de Balanço - A Seca em Portugal. Conselho de Ministros. Lisboa. 2005. Disponível em:

http://portaldaagua.inag.pt/PT/InfoUtilizador/AguaNatureza/Riscos/Secas/Documents/Relat%C3%B3rio_Balan%C3%A7o_Conselho_Ministros_130206.pdf

Relatório Final Resíduos de Nitrofuranos em Portugal. DGV – MADRP. CE-REV.4 Lisboa, 21 de Outubro de 2003.

.

ANEXOS

ANEXO I

A aplicação do sistema HACCP na Soc. Agrícola da Quinta da Freiria



HACCP NA MULTIPLICAÇÃO AVÍCOLA

Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S.A.



Aquando da implementação de um Sistema de Garantia da Qualidade na Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S.A., surgiu a necessidade de criar um plano de HACCP que assegurasse o controlo dos riscos inerentes a todas as etapas do processo. Foi criada uma equipa fixa (médico veterinário, técnico de laboratório e director da qualidade) à qual se juntaram os responsáveis dos diversos sectores. Esta equipa utilizou a metodologia do HACCP e, seguindo os sete princípios fundamentais deste sistema, identificou os riscos e implementou as medidas seguintes.



RISCOS

- ✓contaminações através de viaturas, pessoas e material
- ✓contaminações ambientais (roedores, aves selvagens, etc...)
- ✓contaminações através de matérias primas (e.g., água e carne das aves)
- ✓proliferação de microrganismos nos aviários

MEDIDAS PREVENTIVAS E DE CONTROLO

- ✓código de boas práticas hígio-sanitárias para a entrada de pessoas, viaturas e material
- ✓plano de combate a roedores
- ✓análise da água de bebida e desinfecção da cama à chegada
- ✓limpeza, desinfecção e pesquisa de microrganismos (*Salmonella* spp e *Mycoplasma gallisepticum* e *synoviae*), segundo plano estabelecido

- ✓contaminação dos ovos até à chegada ao centro de incubação
- ✓contaminações através dos tabuleiros e caixas
- ✓proliferação de microrganismos nos centros de incubação
- ✓contaminações através do equipamento de vacinação e inactivação das soluções vacinais
- ✓alteração da temperatura de conservação dos ovos de incubação
- ✓alteração da temperatura no transporte dos pintos do dia

- ✓fumigação dos ovos após a recepção no centro de incubação
- ✓desinfecção de caixas e tabuleiros após utilização
- ✓plano de desinfecção e pesquisa de *Salmonella* spp e *Aspergillus flavus*
- ✓procedimentos para a conservação de vacinas e manutenção do equipamento de vacinação
- ✓controlo da temperatura e humidade relativa nos locais de conservação e de incubação de ovos
- ✓controlo da temperatura no transporte de pintos do dia

ANEXO II

Ensaio realizado sobre os efeitos do Sel-Plex na fertilidade dos reprodutores

1. TÍTULO

Estudo dos efeitos na fertilidade da suplementação de selénio na forma orgânica ('Sel-PlexTM') em ração de reprodutores.

2. UNIDADE RESPONSÁVEL

Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S.A.
Alltech Inc. Portugal

3. DURAÇÃO DO ENSAIO

Cerca de 3 meses.

4. LOCAL DA REALIZAÇÃO DO ENSAIO

Núcleo do Pó – Quinta da Freiria – Bombarral.

5. DESCRIÇÃO DO ENSAIO

5.1. Objectivos

. Observar a influência da suplementação da dieta com selénio orgânico ('Sel-PlexTM') sobre a eclosibilidade total dos ovos

. Comparar os resultados entre o controlo (dieta com 0,2 ppm de selénio na forma de selenito de sódio – Na₂SeO₃) e o tratamento experimental (dieta com 0,2 ppm de Na₂SeO₃ suplementada com 200 g/t de 'Sel-PlexTM') após 4 e 6 semanas com ingestão de selénio orgânico.

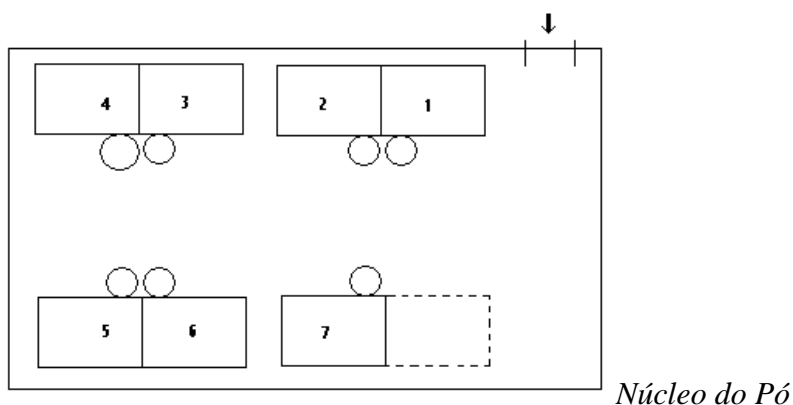
5.2. Metodologia

O ensaio consistiu na realização de 3 testes:

- um **primeiro teste** (de 11/09/02 a 03/10/02) para controlo das condições existentes nos diferentes pavilhões, consistindo na observação da produção dos bandos e no registo da taxa de eclosibilidade total;
- o **segundo teste** (entre 16/10/02 e 05/11/02), em ovos provenientes de bandos reprodutores do lote testemunha e do lote com tratamento durante 4 semanas;
- o **terceiro teste** (entre 16/10/02 e 21/11/02), em ovos provenientes de bandos reprodutores dos lote testemunha e lote com tratamento durante 6 semanas.

Para a realização do presente ensaio utilizaram-se ovos de incubação provenientes do núcleo do Pó, sito na Quinta da Freiria, concelho do Bombarral. Este núcleo é composto de 7 pavilhões com fêmeas da estirpe ISA 15 e machos Hubbard – com cerca de 4000 fêmeas e 450 machos cada pavilhão.

Nos testes foram utilizados os ovos dos 4 pavilhões onde se administrou a ração com selénio orgânico (Pav. 1 a 4) e dos 3 pavilhões testemunha (Pav. 5 a 7) com a seguinte distribuição espacial:



No início do ensaio as aves tinham 47 semanas de idade e apresentavam problemas de fertilidade.

O ensaio foi conduzido em cooperação com o centro de incubação (C.I.).

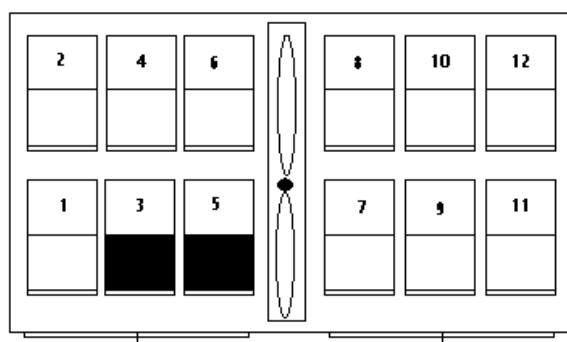
1º Teste – Controlo

Recolheram-se ovos dos 7 pavilhões, entre as 08:00 h e as 13:00 h do dia 11/09/02. Das passadeiras de recolha automática de ovos foram recolhidos os ovos postos na noite anterior e estes não entraram no ensaio, utilizando-se apenas ovos postos no próprio dia. Aquando da recolha procedeu-se a uma selecção sendo eliminados os ovos partidos, estalados ou fissurados, ovos deformados e ovos muito sujos.

Incubou-se um total de 5.250 ovos, ou seja, 750 ovos por pavilhão. Todos os tabuleiros de incubação foram identificados por meio de etiquetas.

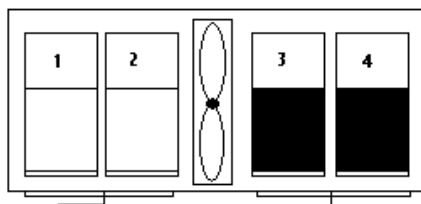
Os ovos foram recebidos no centro de incubação pelas 14 horas do mesmo dia em que foram postos. Antes de entrarem na incubadora foi efectuada a miragem a todos os ovos – numa mesa de miragem que permite observar os 150 ovos de cada tabuleiro em simultâneo – procedendo-se à substituição dos ovos fissurados.

Após a miragem os carros com os ovos do ensaio foram colocados nas posições 3 e 5 da incubadora (modelo Petersime 576) sem período de armazenamento. Durante a incubação, os ovos foram virados automaticamente, de hora a hora, num total de 90°. Às 16 horas de incubação os ovos foram fumigados com uma solução de 500 g de permanganato de potássio por litro de formol.



Posição dos carros com os ovos em ensaio, na incubadora

Ao 18º dia – 30/09/02 – os ovos foram transferidos para a eclosora, procedendo-se novamente à sua miragem para se retirarem os ovos claros. Os ovos férteis foram transferidos para os cestos de eclosão e colocados nas posições 3 e 4 da eclosora (modelo Petersime 192).



Posição dos cestos com os ovos em ensaio dentro da eclosora

Ao 21º dia – 3/10/02 – os ovos eclodiram e procedeu-se a contagem dos pintos vigorosos e dos pintos de refugo.

Iniciou-se a administração da ração suplementada com o selênio orgânico (com 200 g/t de ‘Sel-Plex™’) no dia 17/09/02 (enchimento dos silos ao fim da tarde de 16/09/02) para as aves dos pavilhões 1 a 4, mantendo-se nos restantes pavilhões (5 a 7) a ração testemunha apenas com selênio mineral. Os silos com a ração a testar foram marcados convenientemente. Os silos dos pavilhões têm capacidade para 3,5 t de ração em migalha à exceção do silo do pavilhão 4 com capacidade para 10 t. O consumo diário de ração é de cerca de 600 kg em cada pavilhão.

Data	Toneladas de ração experimental				Toneladas de ração testemunha		
	Pav. 1	Pav. 2	Pav. 3	Pav. 4	Pav. 5	Pav. 6	Pav. 7
16/09/02	3	3	3	3	3	3	3
20/09/02	2,3	2,3	2,3	2,3	1,6	1,6	1,6
23/09/02	0	0	0	0	0,9	0,9	0,9
25/09/02	3	3	3	3	3,1	3,1	3,1
30/09/02	3	3	3	3	3	3	3
04/10/02	2,15	2,15	2,15	2,15	2,4	2,4	2,4
09/10/02	3	3	3	3	3	3	3
14/10/02	3	3	3	3	3	3	3
18/10/02	2,15	2,15	2,15	2,15	2,5	2,5	2,5
22/10/02	3	3	3	3	3	3	3
26/10/02	2,15	2,15	2,15	2,15	2	2	2
30/10/02	3	3	3	3	3	3	3
02/11/02	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
TOTAL	125				96		

Amostras com cerca de 400 g da ração testemunha e da ração experimental foram enviadas para análise no laboratório *Analytical Service Department* S. A. C. nos dias que se seguiram às recolhas de ovos para o 2º e 3º testes.

2º Teste – 4 semanas de selênio orgânico

Após 4 semanas do início da administração da ração a testar (aves com 51 semanas de idade), no dia 15/10/02, realizou-se nova recolha dos ovos – mesma amostragem do teste controlo – e procedeu-se às mesmas operações realizadas no teste controlo.

Para eliminar os efeitos de posicionamento, colocaram-se os ovos na mesma posição do teste controlo, tanto na incubadora como na eclosora. A transferência foi realizada ao 18º dia de incubação – 2/11/02 – e os nascimentos ocorreram 3 dias depois – 5/11/02.

Os ovos não eclodidos foram separados e examinados macroscopicamente na tentativa de se avaliar a causa mais provável da não eclosão, de entre as seguintes: ovos claros, mortalidade embrionária, ovos contaminados (i.e., podres), ovos picados.

Proveniência dos ovos	Ovos inférteis ou possível/ inférteis	Mortalidade embrionária	Ovos contaminados	Ovos não eclodidos mas picados
Tratamento	18	53	6	23
Testemunha	8	30	7	14

Os ovos foram sujeitos a uma análise do conteúdo em selênio, realizada no laboratório da S.A.C., para onde foi enviada uma amostra de 12 ovos dos pavilhões testemunha e 12 ovos dos pavilhões do tratamento experimental.

3º Teste – 6 semanas de selênio orgânico

Após 6 semanas do início da administração da ração experimental (aves com 53 semanas de idade), no dia 30/11/02, realizou-se outra recolha dos ovos e os restantes procedimentos foram em tudo idênticos aos do teste anterior. A transferência realizou-se no dia 18/11/02 e os nascimentos dia 21/11/02.

Novamente se enviaram amostras de ração (400 g de testemunha e tratamento) e de ovos (12 ovos de testemunha e tratamento) para análise laboratorial.

Da análise macroscópica dos ovos não eclodidos obteve-se os seguintes resultados:

Proveniência dos ovos	Ovos inférteis ou possível/ inférteis	Mortalidade embrionária	Ovos contaminados	Ovos não eclodidos mas picados
Tratamento	16	114	9	27
Testemunha	14	64	9	19

5.3. Resultados

$$\text{Eclosibilidade total} = n^{\circ} \text{ de pintos vigorosos} / n^{\circ} \text{ de ovos incubados} \times 100$$

Primeiro teste

Núcleo: Pó

Estirpe: Hubbard x ISA 15

Idade do bando: 47 sem.

Data de postura e incubação: 11/09/02

Data de nascimento: 3/10/02

Pavilhão	Modalidade	Ovos Incubados (1)	Ovos claros (a)	Pintos Vigorosos (2)	Pintos de Refugio (3)	Pintos Nascidos (2) + (3)	Eclosibilidade Total % (2) / (1) x 100
1	Controlo	750	70	611	33	644	81,46
2	Controlo	750	92	590	15	605	78,66
3	Controlo	750	71	606	33	639	80,80
4	Controlo	750	104	587	10	597	78,26
5	Controlo	750	71	641	9	650	85,46
6	Controlo	750	72	641	7	648	85,46
7	Controlo	750	106	590	13	603	78,66

(a) Ovos claros retirados na miragem do 18º dia

Segundo teste

Idade do bando: 51 sem.

Data de postura e incubação: 15/10/02

Data de nascimento: 5/11/02

Pavilhão	Modalidade	Ovos Incubados (1)	Ovos claros (a)	Pintos Vigorosos (2)	Pintos de Refugio (3)	Pintos Nascidos (2) + (3)	Eclosibilidade Total % (2) / (1) x 100
1	Sel-Plex	750	120	598	9	607	79,73
2	Sel-Plex	750	90	625	11	636	83,33
3	Sel-Plex	750	100	615	6	621	82,00
4	Sel-Plex	750	160	552	14	566	73,60
5	Controlo	750	140	587	18	605	78,26
6	Controlo	750	99	612	18	630	81,60
7	Controlo	750	125	580	12	592	77,33

(a) Ovos claros retirados na miragem do 18º dia

Terceiro teste

Idade do bando: 53 sem.

Data de postura e incubação: 30/10/02

Data de nascimento: 21/11/02

Pavilhão	Modalidade	Ovos Incubados (1)	Ovos claros (a)	Pintos Vigorosos (2)	Pintos de Refugio (3)	Pintos Nascidos (2) + (3)	Eclosibilidade Total % (2) / (1) x 100
1	Sel-Plex	750	107	584	17	601	77,87
2	Sel-Plex	750	101	586	13	599	78,13
3	Sel-Plex	750	97	604	10	614	80,53
4	Sel-Plex	750	135	567	13	580	75,60
5	Controlo	750	99	600	12	612	80,00
6	Controlo	750	106	597	12	609	79,60
7	Controlo	750	120	595	3	598	79,33

(a) Ovos claros retirados na miragem do 18º dia

5.4. Tratamento estatístico dos dados

Para a análise estatística dos dados recorreu-se ao programa SAS® (SAS Institute, 2002).

As variáveis de resposta analisadas foram: *ovos claros*, *pintos vigorosos*, *pintos de refugio* e *eclosibilidade total*. Todas as variáveis foram submetidas à análise de variância, realizada com o PROC GLM (General Linear Models Procedure) do SAS®, utilizando-se o seguinte modelo linear:

$$Y_{ijk} = \mu + P_i + T_j + PT_{ij} + \varepsilon_{ijk}$$

No modelo acima:

Y_{ijk} é o valor observado para a variável

μ é a média global

P_i é o efeito do pavilhão ($i=1,2,3,4,5,6,7$)

T_j é o efeito do tratamento ($j=1$ (sel-plex), 2 (controlo))

PT_{ij} é o efeito da interação entre os efeitos anteriores

ε_{ijk} é o erro associado ao desvio à observação ijk para a variável em análise

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1. Ovos claros

O número de ovos claros foi significativamente ($P<0,05$) pior nos pavilhões com o tratamento 2 (controlo), apresentando estes, em média, cerca de mais 30 ovos claros no total dos 3 pavilhões.

6.2. Pintos vigorosos

Em relação ao número de pintos vigorosos, a diferença entre tratamentos não foi significativa ($P>0,05$).

6.3. Pintos de refugo

O número de pintos de refugo foi significativamente ($P<0,05$) pior, ou seja mais elevado, nos pavilhões com o tratamento 1 ('Sel-PlexTM').

6.4. Eclosibilidade total

Em relação à eclosibilidade total, a diferença entre tratamentos não foi significativa ($P>0,05$).

7. CONCLUSÕES

Nas condições em que o presente estudo foi realizado é possível concluir que a suplementação da dieta de reprodutores com selênio orgânico ('Sel-PlexTM') **não apresenta efeitos positivos significativos na eclosibilidade total** (nº de pintos vigorosos na totalidade de ovos incubados).

ANEXO III

Exemplo de Atestado Sanitário utilizado no processo de exportação de ovos para a Argélia

ATESTADO SANITÁRIO

Produto a exportar: OVOS DE INCUBAÇÃO DE GALINHAS
REPRODUTORAS PESADAS

País exportador: PORTUGAL

Ovos a exportar no dia: 29/04/2003

IDENTIFICAÇÃO DOS OVOS PARA INCUBAÇÃO :

Número de ovos	Espécie	Estirpe	Idade dos reprodutores	Data de postura	Número do lote	Acondicionamento
	Gallus gallus	Ross 308	32 semanas	26/04/03 27/04/03 28/04/03	R – 32	Caixas de cartão canelado
	Gallus gallus	Ross 308	36 semanas	26/04/03 27/04/03 28/04/03	R – 36	
	Gallus gallus	Ross 308	41 semanas	26/04/03 27/04/03 28/04/03	R – 41	
	Gallus gallus	Ross 308	46 semanas	26/04/03 27/04/03 28/04/03	R – 46	
	Gallus gallus	Ross 308	54 semanas	26/04/03 27/04/03 28/04/03	R – 54	

ORIGEM DOS OVOS :

Nome e endereço do estabelecimento de produção:

SOCIEDADE AGRÍCOLA DA QUINTA DA FREIRIA, S.A. – 2540-671 ROLIÇA – PORTUGAL

Número de autorização do estabelecimento: CI – 5 – 02

DESTINO DOS OVOS :

Local de expedição: ROLIÇA - PORTUGAL

País de destino: ARGÉLIA

Natureza e identificação do meio de transporte: CAMIÃO

Nome e endereço do exportador:

SANCHO DISTRIBUCIONES AVICOLAS, S.L.
AVDA JAIME I, 24 – 46650 CANALS – VALENCIA
ESPANHA

Nome e endereço do destinatário: S.A.R.L. TEXIMPA – ORAN - ARGELIA

INFORMAÇÕES SANITÁRIAS :

EU, ABAIXO ASSINADO, (*nome*), MÉDICO VETERINÁRIO, PORTADOR DA CÉDULA PROFISSIONAL N.º (...), CERTIFICO QUE OS OVOS ACIMA REFERENCIADOS CORRESPONDEM ÀS DISPOSIÇÕES ABAIXO CITADAS:

1 – os ovos de incubação provêm de uma zona indemne da doença de Newcastle há pelo menos 6 meses e de gripe aviária (Influenza) há pelo menos 2 anos

2 – os ovos de incubação provêm de um estabelecimento oficialmente aprovado e são submetidos a um controlo sanitário efectuado pelos Serviços Veterinários Oficiais pelo menos de 3 em 3 meses

3 – nenhum foco das doenças abaixo mencionadas foi registado na exploração de origem dos ovos nos últimos 3 meses:

Doença de Marek, Bronquite infecciosa, Encefalomielite aviária, Varíola aviária, Laringotraqueíte infecciosa, Leucose aviária, Micoplasmose aviária, Salmonelose, Doença de Gumboro, Cólera aviária, Ornitose-Psitacose, Tuberculose

4 – os ovos de incubação provêm, exclusivamente, de um centro de incubação e de um estabelecimento oficialmente são e indemne de micoplasmoses e pulorose

5 – os reprodutores estão indemnes das seguintes doenças: Salmoneloses, Micoplasmoses, Leucose

6 – os reprodutores foram vacinados segundo o plano de vacinação em anexo

7 – os ovos são transportados em condições apropriadas e em embalagens limpas e novas

8 – os meios de transporte foram previamente limpos e desinfectados sob controlo oficial

9 – os ovos vão carimbados individualmente e os lotes estão etiquetados

ROLIÇA, 05/05/2003

O Médico Veterinário

Plano de vacinação dos reprodutores

Semanas de vida	Doença	Vacina	Data de aplicação	Lote nº.	Data de validade	Laboratório
0	Marek	HVT	18/07/02	1512136	23/06/03	Ford Dodge
0	Marek	Rispens	18/07/02	01L10	09/12/04	Intervet
0	Bronquite infecciosa	IB	18/07/02	001117-A	08/03	Intervet HVT
0	Newcastle	HB1	18/07/02	L86146	07/11/02	Merial
2	Bronquite infecciosa	IB 4/91	01/08/02	020426C	30/04/03	Intervet
2	Gumboro	Bur 706	01/08/02	L30628 – 24508	15/12/02	Merial
3	Gumboro	Bur 706	05/08/02	L36628 – 24508	15/12/02	Merial
3	Newcastle	Clone 30	05/08/02	000927D – 010656B	09/03	Intervet
4	Bronquite infecciosa	Ma 5	12/08/02	011077C – 01006C	02/04 – 05/03	Intervet
6	Rinotraqueíte	Nemovac	29/08/02	L32467	07/05/03	Merial
8	Bronquite infecciosa	Ma 5	17/09/02	002227C	10/03 – 12/03	Intervet
8	Newcastle	Clone 30		011086E		
10	Bronquite infecciosa	IB 4/91	05/10/02	020426C	30/04/03	Intervet
10	Gumboro	Bur 706	05/10/02	L39561 – 28392	07/06/03 – 29/12/02	Merial
12	Rinotraqueíte	Nemovac	21/10/02	L40621 – 32467	07/11/03 – 07/05/03	Merial
13	Encéfalomielite	AE + POX	25/10/02	10116	09/03	Intervet
13	Variola					Intervet
14	Bronquite infecciosa	Ma 5	29/10/02	011337B	03/04 – 12/03	Intervet
14	Newcastle	Clone 30		011086E		
16	Micoplasma	MG 6/85	18/11/02	L10116	05/03	Intervet
T	TRT+IB+ND (machos)	Ovo 3	06/12/02	L40079	14/05/03	Merial
T	TRT+IB+ND (fêmeas)	Ovo 3	06/12/02	L40079	14/05/03	Merial
T	Gumboro	Gumboriffa	06/12/02	L47866	27/02/04	Merial

ANEXO IV

Exemplo de Certificado de Origem utilizado no processo de exportação de ovos para a Líbia

DECLARAÇÃO / DECLARATION

Nós, abaixo-assinados, Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S.A., em nome de INTERGERCO LTD., destinatário Poultry Breeding Project – Al Hira Complex – Líbia, declaramos que os bens são de origem Portuguesa e não contêm qualquer componente de origem Israelita.

126 000 ovos de incubação.

We, undersigned, Sociedade Agrícola da Quinta da Freiria, S.A., on behalf of INTERGERCO LTD., consignee Poultry Breeding Project – Al Hira Complex – Libya, declare that the goods are of Portuguese origin and do not contain any component of Israelian origin.

126,000 broiler hatching eggs.

Roliça, 28 de Abril de 2003

Roliça, 28th of April 2003

A administração

The administration

ANEXO V

Exemplo de Lista de Carga utilizada no processo de exportação de ovos para a Líbia

LISTA DE CARGA / PACKING LIST

EXPEDIDOR: SOCIEDADE AGRÍCOLA DA QUINTA DA FREIRIA, S.A.

CONSIGNER: SOCIEDADE AGRÍCOLA DA QUINTA DA FREIRIA, S.A.

Em nome de: INTERGERCO LTD.

On behalf of: INTERGERCO LTD.

DESTINATÁRIO: POULTRY BREEDING PROJECT – AL HIRA COMPLEX – LÍBIA

CONSIGNEE: POULTRY BREEDING PROJECT – AL HIRA COMPLEX – LIBYA

DATA DE EXPEDIÇÃO: 28 DE ABRIL DE 2003

EXPEDITION DATE: 28th OF APRIL 2003

ACONDICIONAMENTO: CAIXAS EM CARTÃO CANELADO

PACKING: CARDBOARD BOXES

QUANTIDADE: 350 CAIXAS

QUANTITY: 350 BOXES

PESO BRUTO: 8 750 kg

GROSS WEIGHT: 8 750 kg

PESO LÍQUIDO: 7 560 kg

NET WEIGHT: 7 560 kg

ESTIRPE: HUBBARD ISA

BREED: HUBBARD ISA

QUALIDADE: OVOS PARA PRODUÇÃO DE PINTOS DE CARNE

QUALITY: BROILER HATCHING EGGS

Roliça, 28 de Abril de 2003

Roliça 28th of April 2003

A Direcção

The management

ANEXO VI

Exemplo de Certificado de Desinfecção utilizado no processo de exportação de ovos para a Líbia

CERTIFICADO DE DESINFECÇÃO DISINFECTION CERTIFICATE

(1) Exportador (nome, endereço, nome comercial): Exporter (name, address, business name): SOCIEDADE AGRÍCOLA DA QUINTA DA FREIRIA, S.A. QUINTA DA FREIRIA 2540-671 ROLIÇA PORTUGAL	Nome comercial: Business name:
(1) Bens: OVOS DE INCUBAÇÃO Goods: HACHING EGGS Quantidade: 126 000 Quantity: 126 000 Acondicionamento: CAIXAS DE CARTÃO CANELADO Packing: CARDBOARD BOXES Local e país de destino: POULTRY BREEDING PROJECT – AL HIRA COMPLEX - LÍBIA Place and country of destination: POULTRY BREEDING PROJECT – AL HIRA COMPLEX - LIBYA	(1) Meio de transporte: CAMIÃO / BARCO Means of transport: TRUCK / SHIP Nº de matrícula ou identificação: Nº of registration plate or identification: AB 31123 Victory Data de expedição: 28/04/2003 Date of departure: 28/04/2003
(2) Eu, Médico Veterinário abaixo-assinado, certifico que o camião mencionado neste certificado, carregado com ovos de incubação destinados a Poultry Breeding Project – Al Hira Complex – Líbia, foi desinfetado no local de carga mencionado acima. Me, the undersigned Veterinary Doctor, hereby certify that the truck mentioned in this certificate, loaded with hatching eggs for Poultry Breeding Project – Al Hira Complex -Libya, was disinfected at/on the above mentioned loading place. Esta desinfecção foi feita através de FORMALDEÍDO 5 ml por litro = 100 ml por cada m² da plataforma do camião. This disinfection was made by using FORMALDEHYDE 5 ml per litre = 100 ml for each m ² of the truck platform. Assinatura e carimbo do Veterinário Signature and stamp of Veterinarian	
(1) A completar pelo transportador antes da saída To be completed by the transporter before departure (2) A completar pelo veterinário indicado To be completed by the appropriate veterinarian (3) A completar pelo transportador durante o trajeto To be completed by the transporter during the journey	(3) Nome – Assinatura da pessoa encarregue do transporte Name – Signature of the person in charge of transport

ANEXO VII

Exemplo de Declaração de Transporte utilizado no processo de exportação de ovos para a Líbia

DECLARAÇÃO DE TRANSPORTE / TRANSPORT DECLARATION

O abaixo-assinado, _____, garante que os bens descritos no incluso certificado de origem nº _____, não serão embarcados em barco ou camião pertencentes a pessoas de nacionalidade Israelita, e não farão escala em nenhum porto Israelita durante o transporte para a Líbia.

The undersigned, _____, undertakes that the goods listed on the enclosed certificate of origin nº _____ will not be loaded on board of boat or truck belonging to people of Israelian nationality, and will not stop at any Israelian port during transport to Libya.

Os bens carregados em Portugal serão transportados por barco do porto de Génova (Itália) até à Líbia.

The goods loaded in Portugal will be carried in a truck then in a boat from Genova port (Italy) to Libya.

_____, **28 de Abril de 2003**

_____, 28th of April 2003

A Gerência

The Managment

ANEXO VIII

Exemplos de Etiquetas utilizadas para identificar os ovos de incubação no processo de exportação

<p>OEUFS À COUVER</p> <p>R - 32 (ROSS 308)</p> <p>AGE DES PARENTAUX: 32 SEM</p> <p>DATE DE PONTE: 26/04/03</p> <p>ORIGINE: SOC. AGR. QTA FREIRIA, SA</p> <p>CI – 5 – 02 PORTUGAL</p> <p>DESTINATION: ALGÉRIE</p>

<p>BROILER HATCHING EGGS</p> <p>HUBBARD ISA – JV 15</p> <p>OVOPOSITION DATE: 14/04/03</p> <p>BREEDERS AGE: 36 WKS</p> <p>SHIPMENT DATE: 14/04/03</p> <p>KEEP AT 18° C</p>

<p>BROILER HATCHING EGGS</p> <p>CLIENT: POULTRY BREEDING PROJECT</p> <p>AL HIRA COMPLEX</p> <p>SHIPMENT DATE: 28/04/03</p> <p>KEEP AT 18° C</p>
--

ANEXO IX

Exemplo de Ofício de demonstração dos valores apurados para a campanha de 2004



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas



Ofício: AGR

Exmo(a). Senhor(a)

Nº INGA: Nº IDENTIFICAÇÃO FISCAL:

IMPORTANTE: Nos contactos com este INSTITUTO deve indicar sempre o seu número do INGA ou número de contribuinte

Data de Emissão: .../.../2006

Assunto: AJUDA ÀS MEDIDAS AGRO AMBIENTAIS
Demonstração dos valores apurados – Campanha de 2004/2005

Relativamente à candidatura apresentada por V. Ex.^ª(s) na campanha de 2004/2005 à Ajuda em epígrafe, instituída pelo Regulamento (CE) nº 1257/1999 do Conselho, de 17 de Maio, comunica-se que foram apuradas as áreas/animais e montantes discriminados em anexo.

Esclarece-se que os compromissos às Medidas Agro-Ambientais são assumidos por períodos de 5 anos consecutivos; no caso de ter efectuado um aumento de área superior a 2 ha na presente campanha, aquele compromisso foi automaticamente renovado por igual período. Nesta conformidade, se tiver informação de apuramento nulo (TOTAL = 0,00) nesta campanha:

- No caso de se tratar de uma confirmação, deverá aguardar que lhe seja solicitada a devolução de verbas, excepto se o apuramento nulo decorre de uma Sanção Total;
- No caso de candidaturas com ano de início de 2004, as medidas com apuramento nulo serão consideradas administrativamente encerradas, excepto se se trata de uma Sanção Total.

Em ambas situações acima descritas, no caso de sanções totais, os compromissos à medida deverão ser mantidos pelo período remanescente.

Com os melhores cumprimentos,

Direcção das Ajudas às Superfícies
O Director Coordenador

1

UP 01

As diferenças de áreas ou CN são decorrentes dos resultados de Controlo de Campo e/ou de Controlo Administrativo.

Medida	Área/CN	Valor Pago
012	Área para Pagamento Grupo MO12C	14,42 0,00
	+ Pagamento base (7.1) escalão de 0 a 5 ha	5,00 735,00
	+ Pagamento base (7.2) escalão de 5 a 10 ha	5,00 590,00
	+ Pagamento base (7.3) escalão de 10 a 25 ha	4,42 388,96
	TOTAL A PAGAR	14,42 1713,96
034	Área para Pagamento Grupo MO34C	7,63 0,00
	+ Pagamento base (46.1) escalão de 0 a 5 ha	5,00 655,00
	+ Majoração Indicador 20	2,50 32,75
	+ Pagamento base (46.2) escalão de 5 a 10ha	2,63 276,15
	TOTAL A PAGAR	7,63 963,90
051	+ Ameaçadas - Fêmeas Ovinos	20,00 2780,00
	+ Ameaçadas - Fêmeas Ovinos	5,20 577,20
	TOTAL A PAGAR	25,20 3357,20

- 18 -

ANEXO X

Exemplo de documento de aceitação de análise referente a um software específico

 IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	<u>Aceitação de Análise nº. 01787/2012</u> Para Aprovação por: <u> </u> DAD-UADR, De: DSI/UDAP Data: 19-01-2012
--	--

Assunto:
Aplicação: ASA – Agro/Silvo-Ambientais
Projecto: ASA11N1
Funcionalidade em estudo: Mapa Artigo 34 Agro/Silvo-Ambientais - Modos e ITI's e C03 2011

Aceitamos o documento de análise referente à Aplicação e Funcionalidade acima descritos, considerando que está de acordo com as necessidades e as normas em vigor. No documento estão incluídas todas as regras e informações a ter em consideração para o desenvolvimento do Sistema.

<hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> Data	<hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> Data	<hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> Data
<hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> O Técnico	<hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> O Chefe de Serviço	<hr style="width: 100px; margin: 0 auto;"/> O Director

ANEXO XI

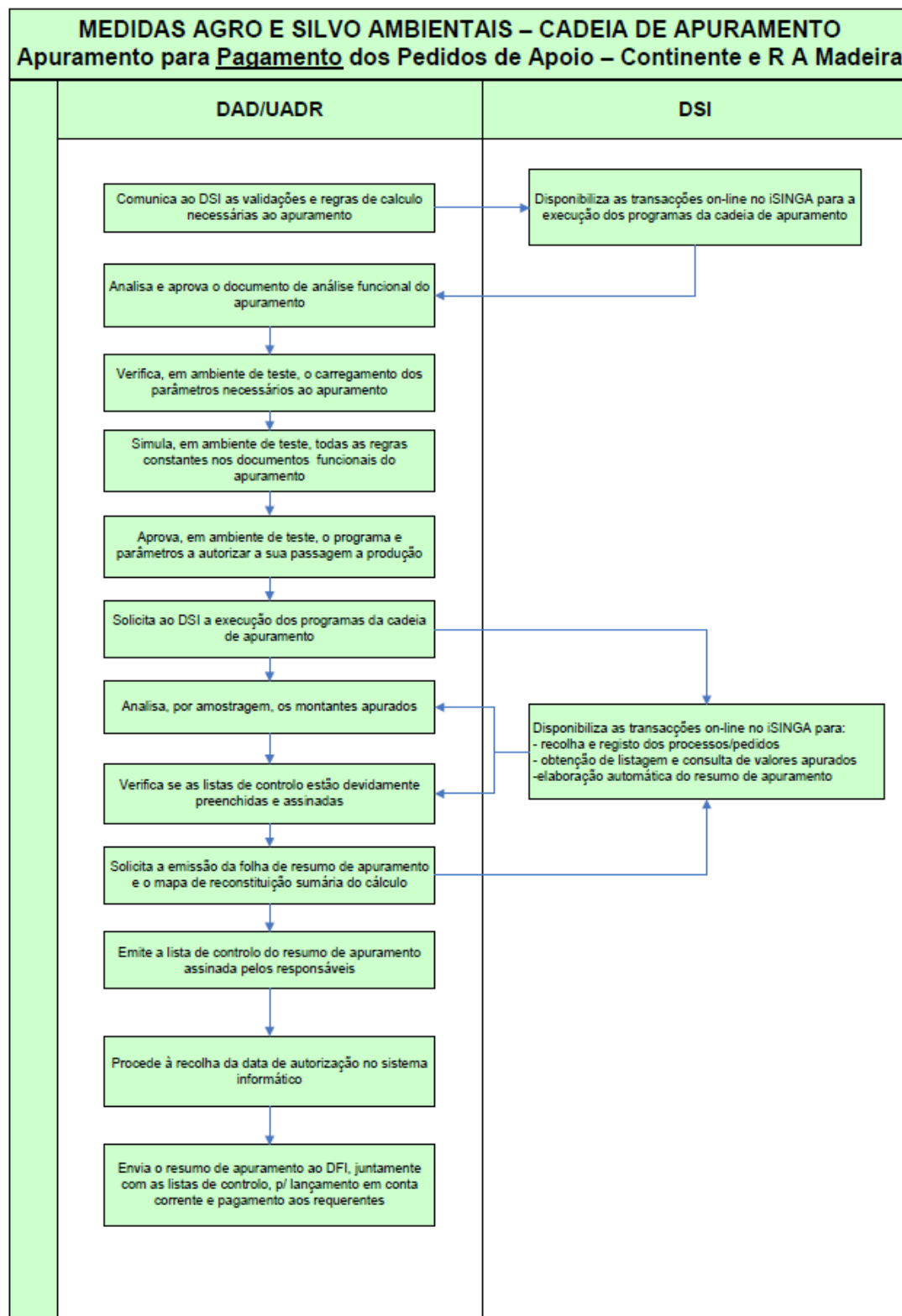
Exemplo de informação estatística constante do relatório disposto no art. 34º do Reg(CE)1975/2006

Table I-1

ART. 12 Area related measures (TOTAL)																		
a		b	c	d		e=d6	f	g		h	i	j	k	l	m	n	o	p
Individual aid scheme		Code number (Annex II Reg 1974/2006)	Total number of beneficiaries	Number of beneficiaries checked on-the-spot		Percentage	Area in total (ha)	Area checked on-the-spot (ha)	Total amount claimed (euro)	Total amount checked on-the-spot (euro)	Reductions based on administrative checks (art.16)	Reductions concerning on-the-spot-check sample (art.16)	Sanctions (art.16)	Reductions based on administrative checks (art.18)	Reductions concerning on-the-spot-check sample (art.18)	Reduction Rate Admin	Reduction Rate OTS	
Area	mountain areas	211	98926	7235	7.3%	500 618,14	55 854,22	83 871 704,25	7 485 250,72	32 042,06	226 816,07	414 794,64	301 815,17	350 116,44	0.4%	7.7%		
Area	other than mountain areas	212	19947	979	4.9%	293 479,33	26 178,58	13 164 952,84	852 724,04	2 338,42	12 761,59	25 910,83	92 221,55	45 675,19	0.8%	6.9%		
Area	Natura 2000	213																
Area	agri-environment	214	15334	1346	8.8%	452 849,15	112 520,25	62 752 784,03	9 877 656,21	10 558,40	383 671,35	349 428,17	220 671,00	2 222 936,57	0.5%	26.4%		
Area	afforestation of agricultural land	221																
Area	agroforestry	222																
Area	afforestation of non agricultural land	223																
Area	Natura 2000 forestry land	224																
Area	forest environment	225	165	9	5.5%	8 583,27	299,58	587 693,56	24 156,25	3 270,31	20 489,53	1 275,15	0.00	0.00	0.6%	94.7%		
Animals	animal welfare																	
Animals	agri-environment local breeds																	
LEADER																		
	no. of beneficiaries submitting claims covering more than one measure (to be deducted)																	
TOTAL			134372	9569	7.1%	1 255 529,89	194 852,83	150 377 134,88	18 239 787,22	48 209,19	643 718,54	791 408,79	614 507,72	2 618 728,20	0.5%	17.9%		
ART. 12 Area related measures (RISK)																		
a		b	c	d		e	f	g		h	i	j	k	l	m	n	o	p
Individual aid scheme		Code number (Annex II Reg 1974/2006)	Total number of beneficiaries	Number of beneficiaries checked on-the-spot		Percentage	Area in total (ha)	Area checked on-the-spot (ha)	Total amount claimed (euro)	Total amount checked on-the-spot (euro)	Reductions based on administrative checks (art.16)	Reductions concerning on-the-spot-check sample (art.16)	Sanctions (art.16) concerning RISK beneficiary	Reductions based on administrative checks (art.18)	Reductions concerning on-the-spot-check sample (art.18)	Reduction Rate Admin	Reduction Rate OTS	
Area	mountain areas	211		6209			25431,35	50411,76	6608094,81	6608094,81		197335,06	331321,53	298761,58		7.5%		
Area	other than mountain areas	212		794			2384,62	22803,02	716605,75	716605,75		11203,12	17104,65	34057,75		6.3%		
Area	Natura 2000	213																
Area	agri-environment	214		1218				108235,29	9398338,15	9398338,15		355831,41	314134,45	2137228,5		26.5%		
Area	afforestation of agricultural land	221																
Area	agroforestry	222																
Area	afforestation of non agricultural land	223																
Area	Natura 2000 forestry land	224																
Area	forest environment	225		9				299,58	24156,25	24156,25		20489,53	908,31	0		94.7%		
Animals	animal welfare																	
Animals	agri-environment local breeds																	
LEADER																		
	no. of beneficiaries submitting claims covering more than one measure (to be deducted)																	
TOTAL				8230				181.750	7 324 701	16 747 195	0	594 839	663468,94	0	2470047,83		18.2%	
ART. 12 Area related measures (RANDOM)																		
a		b	c	d		e	f	g		h	i	j	k	l	m	n	o	p
Individual aid scheme		Code number (Annex II Reg 1974/2006)	Total number of beneficiaries	Number of beneficiaries checked on-the-spot		Percentage	Area in total (ha)	Area checked on-the-spot (ha)	Total amount claimed (euro)	Total amount checked on-the-spot (euro)	Reductions based on administrative checks (art.16)	Reductions concerning on-the-spot-check sample (art.16)	Sanctions (art.16) concerning RANDOM beneficiary	Reductions based on administrative checks (art.18)	Reductions concerning on-the-spot-check sample (art.18)	Reduction Rate Admin	Reduction Rate OTS	
Area	mountain areas	211		1026			6432,49	5442,46	891153,89	877155,81		29481,01	51852,19	51354,86		9.2%		
Area	other than mountain areas	212		185			2223,79	3375,56	66118,22	136118,29		1558,47	3818,52	11617,44		9.7%		
Area	Natura 2000	213																
Area	agri-environment	214		115				3942,02		423383,52		22628,06	25642,33	78107,84		23.8%		
Area	afforestation of agricultural land	221																
Area	agroforestry	222																
Area	afforestation of non agricultural land	223																
Area	Natura 2000 forestry land	224																
Area	forest environment	225																
Animals	animal welfare																	
Animals	agri-environment local breeds																	
LEADER																		
	no. of beneficiaries submitting claims covering more than one measure (to be deducted)																	
TOTAL				1326				12.760	1 013 274	1 438 658	0	53 668	81313,04	0	141079,94		13.6%	

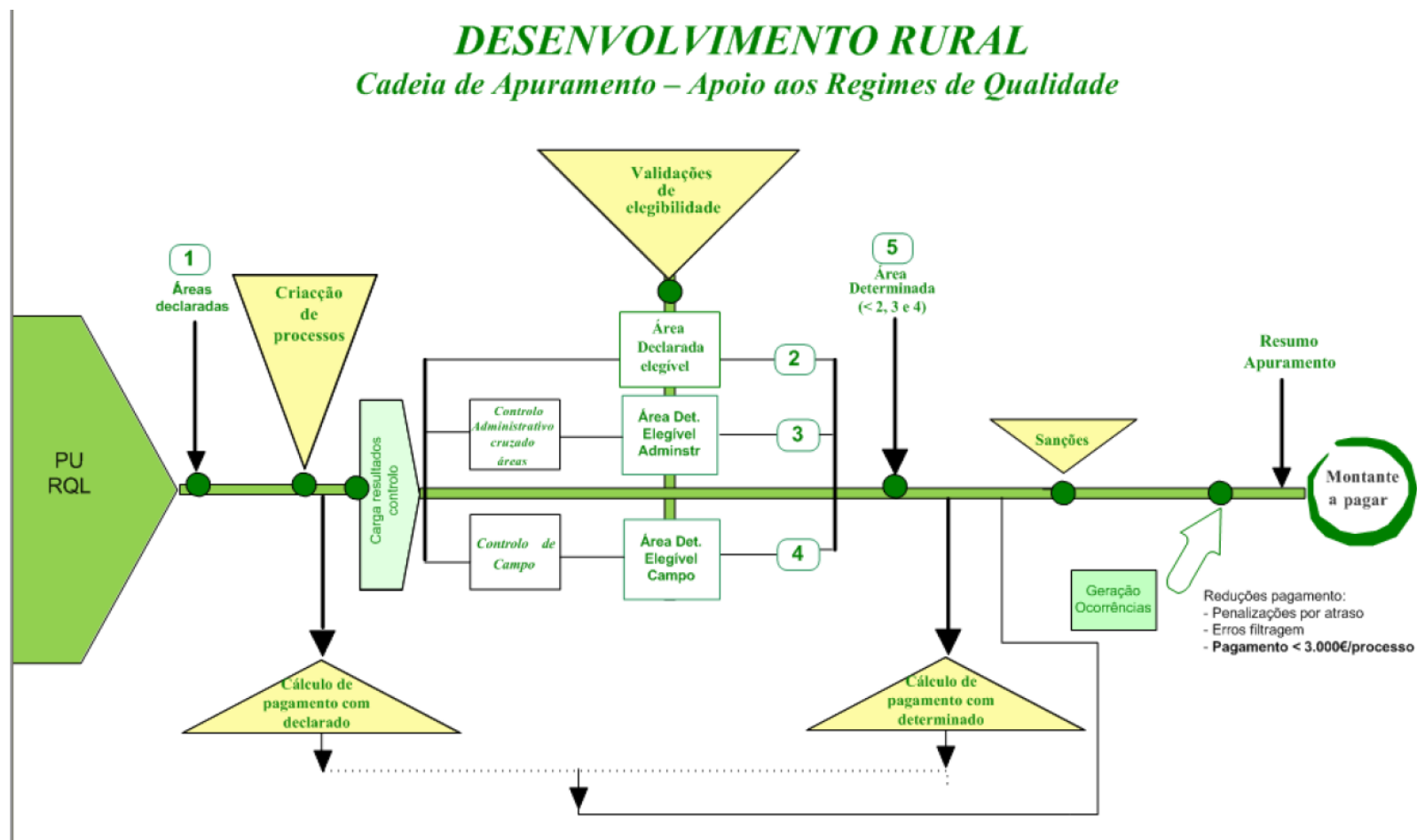
ANEXO XII

Circuito da cadeia de apuramento para pagamento das Medidas Agro Silvo Ambientais



ANEXO XIII

Esquema da cadeia de apuramento da medida Apoio aos Regimes de Qualidade



ANEXO XIV

Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2004



MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

**Manual
de
Normas
e
Instruções
de
Preenchimento**



Campanha 2004

Abril 2004

ANEXO XV

Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2005



IFADAP
Instituto Federal de Assistência Técnica
e Extensão Rural do Acre



INGA
Instituto Nacional
de Gestão da Agricultura

MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

Manual de Normas e Instruções de Preenchimento



Campanha 2005

Fevereiro 2005

I

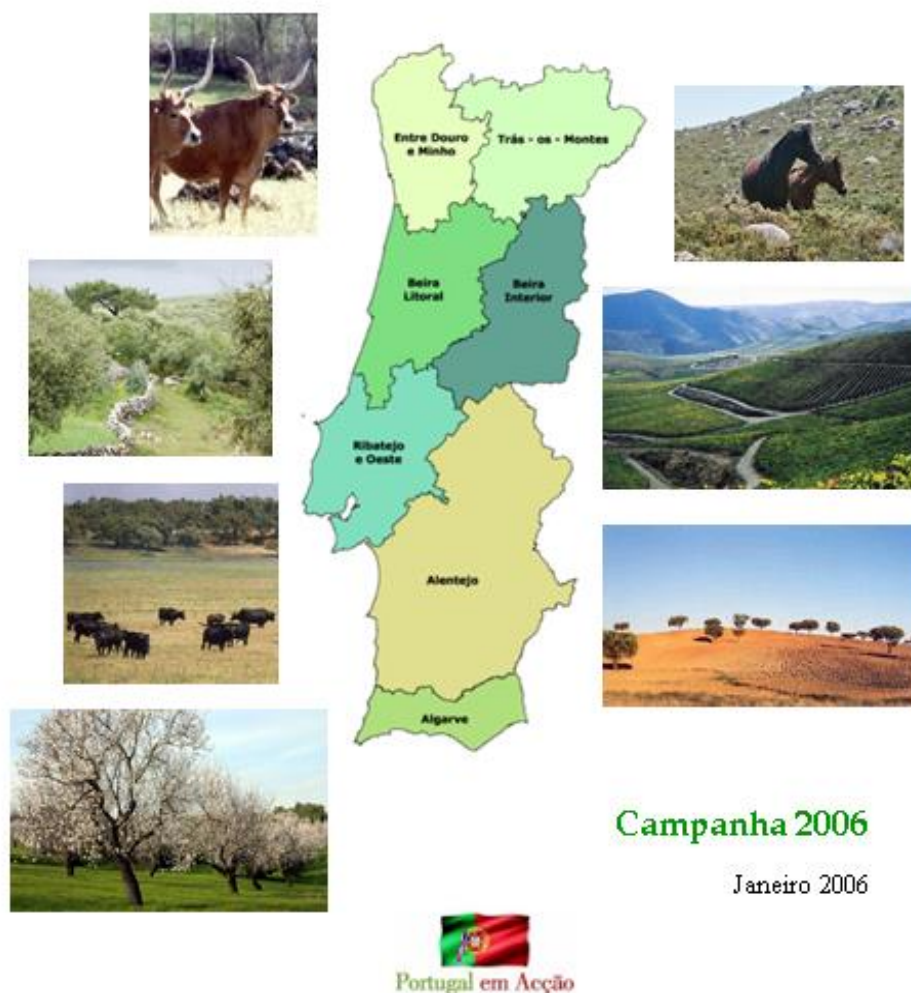
ANEXO XVI

Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2006



MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

Manual de Normas e Instruções de Preenchimento



ANEXO XVII

Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2007



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas



IFADAP
Instituto de Financiamento
e Apoio ao Desenvolvimento
da Agricultura e Pescas



INCA
Instituto Nacional
de Intervenção e
Gestão Agrícola

MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

Manual de Normas e
Instruções de Preenchimento

MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

Manual de Normas e Instruções de Preenchimento



Campanha 2007

Fevereiro 2007

ANEXO XVIII

Capa do Manual de Normas e Instruções de Preenchimento das Candidaturas de 2008



MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

Manual de Normas e Instruções de Preenchimento



Campanha 2008

Março 2008

ANEXO XIX

Índice da Norma PAV – 10/03, aprovada em 17/09/2003

MANUAL DE PROCEDIMENTOS		APROVADO EM: 17/09/2003
NORMA: PAV - 10/03		
MEDIDAS AGRO - AMBIENTAIS		

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2. RECOLHA DE PEDIDOS DE AJUDA SUPERFÍCIES /ANIMAIS

3. CONTROLO

3.1. CONTROLO ADMINISTRATIVO

3.1. CONTROLO DE CAMPO

4. APURAMENTO

4.1. PROCEDIMENTOS INTERNOS

4.1.1. A OBSERVAR PELO SGM

4.1.2. A OBSERVAR PELA DSI

4.1.2.1. VALIDAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS PELO CARREGAMENTO

4.1.2.2. SELECÇÃO PARA CÁLCULO

4.1.2.3. ALGORITMO DE CÁLCULO

4.1.2.4. CADELA COMUM DE APURAMENTO

5. PAGAMENTO DA AJUDA

6. TRATAMENTO DE IRREGULARIDADES

7. LISTA DE CONTROLO

8. ANEXOS

ANEXO I – EVIDÊNCIAS DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS EM PRODUÇÃO

ANEXO II - CIRCUITO DOCUMENTAL DOS PROCESSOS DE CANDIDATURA

ENTRADA EM VIGOR: 17 de Setembro de 2003	F11 de 16
--	-----------

IFADAP / INGA - DDI / SDR - Mod. 346 - Norm. A4 - 03 / 06 - DDI / SDR

ANEXO XX

Índice da Norma GDR – 080/01, aprovada em 30/06/2008

NORMA DE PROCEDIMENTOS		
EMISSOR: UORD ENTRADA EM VIGOR: 30/06/2008		CLASSIFICAÇÃO-N.º/VERSÃO: GDR-080/01 DATA DE APROVAÇÃO: 30/06/2008
Assunto: Medidas Agro-ambientais e Silvo-ambientais Pagamentos		
Âmbito: Continente e Madeira		

ÍNDICE

	CARACTERIZAÇÃO DOS APOIOS	2
1.	INTRODUÇÃO	2
1.1	CONTINENTE (PRODER)	2
1.1.1	OBJECTIVOS	2
1.1.2	ENQUADRAMENTO	4
1.2	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (PRODERAM)	11
1.2.1	OBJECTIVOS	11
1.2.2	ENQUADRAMENTO	11
1.3	PAGAMENTO DOS APOIOS	12
1.3.1	RECEPÇÃO DO PEDIDO DE APOIO E DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO	12
	PROCEDIMENTOS	
2.	PEDIDOS DE APOIO	13
2.1	CONTROLO ADMINISTRATIVO - SUPERFÍCIES	13
2.2	DECISÃO	13
2.3	PROCEDIMENTOS INTERNOS	13
3.	PEDIDOS DE PAGAMENTO - CONTROLO	15
3.1	CONTROLO ADMINISTRATIVO - SUPERFÍCIES	15
3.2	CONTROLO ADMINISTRATIVO - ANIMAIS	15
3.3	CONTROLO FÍSICO	16
4.	APURAMENTO PARA PAGAMENTO	16
4.1	PROCEDIMENTOS INTERNOS	
5.	PAGAMENTO	18
6.	REGULARIZAÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS	18
	ANEXO – LISTAS DE CONTROLO	19

Mod.29.000859-JUN/07

CD:	Joaquim Mestre (Presidente)	Jerónimo Lopes (Vogal)	PAG.: 1/19
-----	-----------------------------	------------------------	------------

ANEXO XXI

Índice da Norma GDR – 54/01, aprovada em 30/05/2008

NORMA DE PROCEDIMENTOS		
EMISSOR: DAG/UORD ENTRADA EM VIGOR: 30-05-2008	 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas IFAP Instituto de Procedimentos da Agricultura e Pesca, I.P.	CLASSIFICAÇÃO-N.º/VERSÃO: GDR-54/01 DATA DE APROVAÇÃO: 30-05-2008
Assunto: MEDIDAS AGRO – AMBIENTAIS		
Âmbito: CONTINENTE e REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA		

ÍNDICE

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	2
2.	TRATAMENTO DAS CANDIDATURAS	6
2.1	Recolha	6
2.2	Controlo Administrativo	6
2.3	Controlo de Campo	6
3.	ÓRGÃOS INTERVENIENTES	7
4.	APURAMENTO	7
4.1	Procedimentos	7
4.1.1	A observar pela UGM – DAD/UADR	7
4.1.2	A observar pelo DSI	8
5.	PAGAMENTO	10
6.	TRATAMENTO DE IRREGULARIDADES	10
7.	REVOGAÇÕES	10
8.	LISTA DE CONTROLO	10
9.	ANEXOS	10

Mod.29.00069.5-JUN/07

CD:	PÁG.: 1/14
-----	------------

ANEXO XXII

Índice da Norma DDER – 130/01, aprovada em 09/10/2009

NORMA DE PROCEDIMENTOS		
EMISSOR: GIQ/AGQS ENTRADA EM VIGOR: 09/10/2009		CLASSIFICAÇÃO-N.º/VERSÃO: DDER- 130/01 DATA DE APROVAÇÃO: 09/10/2009
Assunto: APOIO AOS REGIMES DE QUALIDADE		
Âmbito: Continente		

ÍNDICE

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	2
1.1	INTRODUÇÃO	2
1.2	OBJECTIVO	2
1.3	INTERVENIENTES	2
1.4	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	3
1.5	CONDIÇÕES DE ACESSO	4
1.6	FORMA E MONTANTE DO APOIO	5
2.	PROCEDIMENTOS	7
2.1	RECEPÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO/PAGAMENTO	7
2.2	CONTROLO ADMINISTRATIVO	7
2.3	APURAMENTO PARA DECISÃO DOS PEDIDOS DE APOIO	7
2.3.1	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DAD/UADR	7
2.3.2	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DSI	9
2.4	VERIFICAÇÃO SISTEMÁTICA DO CUMPRIMENTO DAS REGRAS ESPECÍFICAS DE PRODUÇÃO	9
2.4.1	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DAD/UADR	10
2.5	CONTROLO DE CAMPO	11
2.6	APURAMENTO PARA PAGAMENTO	11
2.6.1	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA UNIDADE DE GESTÃO DA MEDIDA (DAD/UADR)	11
2.6.2	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DSI	13
3.	PAGAMENTO	13
4.	REGULARIZAÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS	13
5.	ANEXO – LISTAS DE CONTROLO	13

Mod.29.000659-JUN07

CD:	Ana Paulino (Presidente)	Egídio Barbeito (Vogal)	PAG.: 1/12
-----	--------------------------	-------------------------	------------

ANEXO XXIII

Índice da Norma NP – 020/2010, aprovada em 16/09/2010

EMISSOR: GIQ-AGQS	NORMA DE PROCEDIMENTOS	N.º: 020/2010
ENTRADA EM VIGOR: 16-09-2010		DATA DE APROVAÇÃO: 16-09-2010
Assunto: Medidas Agro-ambientais e Silvo-ambientais – Cadeia de Apuramento		
Âmbito: Continente e Madeira		

ÍNDICE

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	3
1.1 - INTRODUÇÃO	3
1.2 - OBJECTIVO	3
1.3 - INTERVENIENTES	3
1.4 – ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	4
1.5 - CONTINENTE (PRODER)	6
1.5.1 – ENQUADRAMENTO PRODER	7
1.6 - REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (PRODERAM)	9
2. PROCEDIMENTOS	10
2.1 - RECEPÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO E DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO	10
2.1.1- CONTINENTE (PRODER)	10
2.1.2- REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (PRODERAM)	11
2.2 - CONTROLO ADMINISTRATIVO	11
2.2.1- PEDIDOS DE APOIO (CONTINENTE)	11
2.2.2- PEDIDOS DE APOIO/PAGAMENTO DA RAM E PEDIDOS DE PAGAMENTO DO CONTINENTE	11
2.3 - APURAMENTO PARA DECISÃO	12
2.3.1 - PEDIDOS DE APOIO (CONTINENTE)	12
2.3.1.1 - PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DAD/UADR	12
2.3.1.2 - PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DSI	13
2.3.2 - PEDIDOS DE APOIO/PAGAMENTO DA RAM	14
2.3.2.1 - PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DAD/UADR	14
2.3.2.2 - PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DSI	15
2.4 - CONTROLO DE CAMPO	16
2.5 - APURAMENTO PARA PAGAMENTO (CONTINENTE E RAM)	16
2.5.1- PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DAD/UADR	16
2.5.2 - PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA DSI	17

cd: Luis Barreiros (Vogal)

Luis Filipe (Vogal)

PÁG.: 1/18

Mod. IFAP-0105.01.TP-JUL09

EMISSOR: GIQ-AGQS ENTRADA EM VIGOR: 16-09-2010	NORMA DE PROCEDIMENTOS 	N.º: 020/2010 DATA DE APROVAÇÃO: 16-09-2010
Assunto: Medidas Agro-ambientais e Silvo-ambientais – Cadeia de Apuramento		
Âmbito: Continente e Madeira		

ÍNDICE

3.	PAGAMENTO	18
4.	REGULARIZAÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS	18
5.	ANEXOS: LISTAS DE CONTROLO FLUXOGRAMAS	18

cd: Luis Barreiros (Vogal)	Luis Filipe (Vogal)	PÁG.: 2/18
-----------------------------------	----------------------------	-------------------

Mod. IFAP-0106.01.TP-JUL09

ANEXO XXIV

Índice da Norma NP – 021/2010, aprovada em 23/09/2010

EMISSOR: GIQ-AGQS ENTRADA EM VIGOR: 23-09-2010	NORMA DE PROCEDIMENTOS 	N.º: 021/2010 DATA DE APROVAÇÃO: 23-09-2010
Assunto: Apoio aos Regimes de Qualidade – Cadeia de Apuramento		
Âmbito: Continente		

ÍNDICE

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	2
1.1	INTRODUÇÃO	2
1.2	OBJECTIVO	2
1.3	INTERVENIENTES	2
1.4	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	3
1.5	CONDIÇÕES DE ACESSO	4
1.6	FORMA E MONTANTE DO APOIO	5
2.	PROCEDIMENTOS	6
2.1	RECEPÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO/PAGAMENTO	6
2.2	CONTROLO ADMINISTRATIVO	6
2.3	APURAMENTO PARA DECISÃO DOS PEDIDOS DE APOIO	6
2.3.1	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELO DAD/UADR	6
2.3.2	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELO DSI	8
2.4	VERIFICAÇÃO SISTEMÁTICA DO CUMPRIMENTO DAS REGRAS ESPECÍFICAS DE PRODUÇÃO	8
2.4.1	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELO DAD/UADR	8
2.5	CONTROLO DE CAMPO	8
2.6	APURAMENTO PARA PAGAMENTO	9
2.6.1	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELA UNIDADE DE GESTÃO DA MEDIDA (DAD/UADR)	9
2.6.2	PROCEDIMENTOS A OBSERVAR PELO DSI	10
3.	PAGAMENTO	10
4.	REGULARIZAÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS	10
5.	ANEXOS LISTAS DE CONTROLO FLUXOGRAMA	10

cd: Luis Barreiros (Vogal)

Luis Filipe (Vogal)

PÁG.: 1/11

Mod IFAP-0106.01.TP-JUL09

ANEXO XXV

Esquema da arquitetura proposta para a PAC 2014-2020

